SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS 2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS 1
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES 3
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO 4
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 5
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 7

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS 8
1. CONTEXTO OPERACIONAL 8
2. BASE DE PREPARAÇÃO 9
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO 11
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES 12
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 16
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 17
7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES 17
8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS 18
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR 19
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 19
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS 21
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO 21
13. INVESTIMENTOS 26
14. IMOBILIZADO 35
15. INTANGÍVEIS 37
16. FORNECEDORES 38
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES 38
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 39
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS 42
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 43
21. PROVISÕES 44
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS 50
23. RECEITA 51
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 54
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS 57
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 58
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS 62
28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO 69
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS 71
30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA 74
31. EVENTOS SUBSEQUENTES 74

DESEMPENHO ECONÔMICO–FINANCEIRO CONSOLIDADO 1
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES 13

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado	Controladora	
		30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	337.777	296.356	283.703
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	247.239	152.570	1.898.751
Consumidores e Revendedores	7	757.567	706.762	970.079
Concessionários - Transporte de Energia		42.290	42.290	37.942
Ativo Financeiro da Concessão	12	332.764	13.233	13.233
Tributos Compensáveis	8	63.734	63.734	41.502
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9	101.520	101.520	77.029
Dividendos a Receber		2.540	2.540	8.472
Estoques		3.511	3.511	4.631
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		16.326	16.326	13.097
Adiantamento a Fornecedores	26	8.739	8.739	86.941
Créditos junto à Eletrobrás	19	82.302	82.302	-
Outros Créditos		78.622	83.938	81.239
TOTAL DO CIRCULANTE		**2.074.931**	**1.573.821**	**3.516.619**
NÃO CIRCULANTE				
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	3.435	2.046	18.053
Tributos Compensáveis	8	16.910	16.910	23.797
Depósitos Vinculados a Litígios	11	233.072	233.072	221.129
Transações com Partes Relacionadas		70.526	70.526	1.709
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		48.636	48.636	50.209
Adiantamento a Fornecedores	26	133.603	133.603	60.000
Outros Créditos (1)		291.232	291.022	325.983
Ativo Financeiro da Concessão	12	4.678.794	2.752.029	2.034.632
Investimentos	13	6.275.420	8.705.111	5.752.448
Imobilizado	14	3.185.018	3.185.018	3.307.676
Intangíveis	15	34.960	34.960	36.109
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**14.971.606**	**15.472.933**	**11.831.745**
TOTAL DO ATIVO		**17.046.537**	**17.046.754**	**15.348.364**

(1) Inclui o valor de R$219.869 referente à transferência do ativo imobilizado da Usina de São Simão para o ativo realizável a longo prazo. Mais informações ver nota explicativa 4.

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado	Controladora	
		30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	18	3.007.661	3.007.661	2.129.984
Debêntures	18	1.801.771	1.810.660	701.495
Fornecedores	16	340.717	339.216	331.823
Imposto de Renda e Contribuição Social		3.850	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	17	88.017	86.990	133.870
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		350.000	350.000	718.137
Salários e Encargos Sociais		62.268	62.268	50.549
Encargos Regulatórios	19	64.855	62.506	56.019
Participação dos Empregados e Administradores Resultado		8.594	8.594	26.774
Obrigações Pós-Emprego	20	43.535	43.535	38.048
Concessões a Pagar		2.933	2.933	2.811
Outras Obrigações		27.228	27.231	70.285
TOTAL DO CIRCULANTE		**5.801.429**	**5.801.594**	**4.259.795**
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	18	884.275	884.275	892.438
Debêntures	18	3.117.683	3.119.322	4.015.155
Provisões	21	103.782	103.782	77.710
Obrigações Pós-Emprego	20	713.517	713.517	683.422
Impostos, Taxas e Contribuições	17	101.233	101.233	101.233
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10a	569.540	568.685	378.000
Encargos Regulatórios	19	117.869	117.137	90.000
Concessões a Pagar		19.049	19.049	18.578
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	13	177.102	177.102	147.614
Outras Obrigações		946	946	607
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**5.804.996**	**5.805.048**	**6.404.757**
TOTAL DO PASSIVO		**11.606.425**	**11.606.642**	**10.664.552**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22			
Capital Social		1.837.710	1.837.710	1.837.710
Reservas de Lucros		2.688.365	2.688.365	2.485.879
Ajustes de Avaliação Patrimonial		366.843	366.843	360.223
Lucros (Prejuízos) Acumulados		547.194	547.194	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**5.440.112**	**5.440.112**	**4.683.812**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**17.046.537**	**17.046.754**	**15.348.364**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado	Controladora	
		30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015
RECEITA	23	**5.092.795**	**4.925.144**	**5.652.238**
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24			
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(230.412)	(227.533)	(217.795)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.291.737)	(2.291.737)	(1.980.291)
		(2.522.149)	**(2.519.270)**	**(2.198.086)**
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	24			
Pessoal e Administradores		(240.003)	(240.003)	(192.030)
Materiais		(7.596)	(7.358)	(9.567)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(35)	(35)	(81.503)
Serviços de Terceiros		(70.555)	(68.751)	(74.979)
Depreciação e Amortização		(137.116)	(137.116)	(198.051)
Provisões (Reversões) Operacionais		(32.750)	(32.750)	(56.600)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(36.405)	(36.405)	(88.732)
Outros Custos Operacionais		(6.603)	(6.565)	(9.599)
		(531.063)	**(528.983)**	**(711.061)**
CUSTO TOTAL		**(3.053.212)**	**(3.048.253)**	**(2.909.147)**
LUCRO BRUTO		**2.039.583**	**1.876.891**	**2.743.091**
DESPESA OPERACIONAL	24			
Despesas (Reversões) com Vendas		(868)	(868)	527
Despesas Gerais e Administrativas		(93.650)	(93.650)	(102.999)
Outras Despesas Operacionais		(112.883)	(112.799)	(106.689)
		(207.401)	**(207.317)**	**(209.161)**
Resultado de Equivalência Patrimonial		(155.226)	3.601	(9.763)
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	13	-	-	729.442
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		**1.676.956**	**1.673.175**	**3.253.609**
Receitas Financeiras	25	127.388	124.567	106.362
Despesas Financeiras	25	(1.002.171)	(1.002.164)	(724.860)
Resultado antes dos Impostos		**802.173**	**795.578**	**2.635.111**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10b	(75.704)	(69.964)	(661.297)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	(191.540)	(190.685)	(122.371)
RESULTADO DO PERÍODO		**534.929**	**534.929**	**1.851.443**
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária		**0,1847**	**0,1847**	**0,6391**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado	Controladora	
		Jul a Set/16	Jul a Set/16	Jul a Set/15
RECEITA	23	**1.745.977**	**1.626.173**	**1.230.870**
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24			
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(82.537)	(79.658)	(74.235)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(823.584)	(823.584)	(747.502)
		(906.121)	**(903.242)**	**(821.737)**
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	24			
Pessoal e Administradores		(69.173)	(69.695)	(62.584)
Materiais		(1.861)	(1.634)	(3.207)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(8)	(8)	(6.532)
Serviços de Terceiros		(21.069)	(19.761)	(23.290)
Depreciação e Amortização		(46.028)	(46.028)	(54.973)
Provisões (Reversões) Operacionais		(7.989)	(7.989)	(14.462)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(4.771)	(4.771)	(32.474)
Outros Custos Operacionais		(1.856)	(1.821)	(3.409)
		(152.755)	**(151.707)**	**(200.931)**
CUSTO TOTAL		**(1.058.876)**	**(1.054.949)**	**(1.022.668)**
LUCRO BRUTO		**687.101**	**571.224**	**208.202**
DESPESA OPERACIONAL	24			
Despesas (Reversões) com Vendas		-	-	262
Despesas Gerais e Administrativas		(29.219)	(29.219)	(43.856)
Outras Despesas Operacionais		(35.640)	(35.558)	(31.351)
		(64.859)	**(64.777)**	**(74.945)**
Resultado de Equivalência Patrimonial		(23.851)	89.662	93.510
Resultado de Valor Justo em Operação Societária		-	-	(5.088)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		**598.391**	**596.109**	**221.679**
Receitas Financeiras	25	44.577	41.782	43.460
Despesas Financeiras	25	(350.275)	(350.268)	(244.873)
Resultado antes dos Impostos		**292.693**	**287.623**	**20.266**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10b	(47.150)	(42.927)	28.135
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	(21.257)	(20.410)	17.854
RESULTADO DO PERÍODO		**224.286**	**224.286**	**66.255**
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária		**0,0774**	**0,0774**	**0,0229**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015
RESULTADO DO PERÍODO	**534.929**	**534.929**	1.851.443
Itens não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado			
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em e controlada em conjunto	19.420	19.420	-
	554.349	**554.349**	**1.851.443**
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado			
Diferenças Cambiais de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	(90)	(90)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**554.259**	**554.259**	**1.851.443**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**554.259**	**554.259**	**1.851.443**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set/16	Jul a Set/15
RESULTADO DO PERÍODO	224.286	224.286	66.255
Itens que não serão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado			
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	19.994	19.994	-
	244.280	**244.280**	**66.255**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**244.280**	**244.280**	**66.255**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	**1.700.000**	**1.309.293**	**477.317**	**-**	**3.486.610**
Resultado do período	-	-	-	1.851.443	1.851.443
Resultado abrangente do período	**-**	**-**	**-**	**1.851.443**	**1.851.443**
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(43.369)	43.369	-
Aumento de Capital	137.710	-	-	-	137.710
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015	**1.837.710**	**1.309.293**	**433.948**	**1.894.812**	**5.475.763**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**1.837.710**	**2.485.879**	**360.223**	**-**	**4.683.812**
Resultado do período	-	-	-	534.929	534.929
Resultado abrangente do período				**534.929**	**534.929**
Outros Resultados Abrangentes					
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	19.420	-	19.420
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	(90)	-	(90)
Total do Resultado Abrangente	**-**	**-**	**19.330**	**534.929**	**554.259**
Parcela dos dividendos obrigatórios que não será distribuída – reversão de provisão	-	202.041	-	-	202.041
Reserva de Incentivos Fiscais	-	445	-	(445)	-
Realização de Reserva de Ajustes de avaliação patrimonial – Custo Atribuído	-	-	(12.710)	12.710	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016	**1.837.710**	**2.688.365**	**366.843**	**547.194**	**5.440.112**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016 Reapresentado	30/09/2016 Reapresentado	30/09/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Período	534.929	534.929	1.851.443
Ajustes por:			
Depreciação e Amortização	141.468	141.468	202.114
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	4.449	4.449	35.575
Equivalência Patrimonial	155.226	(3.601)	9.763
Juros e Variações Monetárias	151.528	80.968	591.669
Imposto de Renda e Contribuição Social	267.244	260.649	783.668
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	-	(729.442)
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	63.106	63.106	56.073
Obrigações Pós-Emprego	75.189	75.189	59.988
	1.393.139	**1.157.157**	**2.860.851**
(Aumento) Redução de Ativos			
Consumidores e Revendedores	211.644	262.449	106.699
Tributos Compensáveis	(15.345)	(15.345)	9.040
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	(24.491)	(24.491)	(39.053)
Transporte de Energia	(4.348)	(4.348)	5.091
Depósitos Judiciais	(3.872)	(3.872)	(5.524)
Dividendos Recebidos	69.134	69.134	77.225
Ativo Financeiro	(2.174.997)	(2.113.169)	7.415
Adiantamento a Fornecedores	(42.229)	(42.229)	(74.667)
Outros	(27.739)	(32.845)	(30.645)
	(2.012.243)	**(1.904.716)**	**55.581**
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores	8.894	7.393	(5.412)
Tributos e Contribuição Social	(45.853)	(46.880)	(7.686)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	21.308	23.198	(20.351)
Salários e Contribuições Sociais	11.719	11.719	6.760
Encargos Regulatórios	36.705	33.624	16.520
Obrigações Pós-Emprego	(39.607)	(39.607)	(34.171)
Participação nos Lucros	(18.180)	(18.180)	18.937
Concessões a Pagar	(51.604)	(51.604)	-
Outros	(55.493)	(55.490)	(78)
	(132.111)	(135.827)	(25.481)
Caixa Gerado nas Operações	**(751.215)**	**(883.386)**	**2.890.951**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(93.162)	(93.162)	(678.590)
Juros Pagos	(432.836)	(432.836)	(421.014)
CAIXA LÍQUIDO GERADO(CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(1.277.213)**	**(1.409.384)**	**1.791.347**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em Investimentos - Aporte	(718.653)	(734.489)	(143.588)
Aquisição de Investimentos	-	-	(309.684)
No Imobilizado	(19.293)	(19.293)	(24.767)
No Intangível	(2.391)	(2.391)	(2.704)
No Ativo Financeiro	-	-	(88.732)
Em Títulos e Valores Mobiliários	1.640.091	1.746.677	33.259
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**899.754**	**990.504**	**(536.216)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016 Reapresentado	30/09/2016 Reapresentado	30/09/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos Obtidos	607.705	607.705	1.588.206
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	(166.096)	(166.096)	-
Pagamentos de Empréstimos	(10.076)	(10.076)	(2.527.104)
Aumento de Capital	-	-	27.058
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDOL PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**431.533**	**431.533**	**(911.840)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**54.074**	**12.653**	**343.291**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	283.703	283.703	290.549
No fim do exercício	337.777	296.356	633.840
	54.074	**12.653**	**343.291**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

Geração e Transmissão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora			
	30/09/2016		30/09/2016		30/09/2015	
RECEITAS						
Venda de Energia e Serviços	5.425.920		5.246.175		6.623.324	
Receita de Construção	36.405		36.405		88.732	
Investimentos em Imobilizado	21.827		21.827		21.722	
Receita de Indenização da Transmissão	692.211		692.211		60.549	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(868)		(868)		527	
Outras receitas	1.121		1.121		179	
	6.176.616		**5.996.871**		**6.795.033**	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.514.077)		(2.514.077)		(2.121.250)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(252.892)		(250.013)		(233.903)	
Serviços de Terceiros	(79.118)		(77.314)		(136.726)	
Materiais	(85.297)		(85.059)		(76.884)	
Matéria prima e insumos para Produção de Energia	(39)		(39)		(87.882)	
Concessão Onerosa	(2.154)		(2.154)		(6.357)	
Outros Custos Operacionais	(89.734)		(89.648)		(85.646)	
	(3.023.311)		**(3.018.304)**		**(2.748.648)**	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**3.153.305**		**2.978.567**		**4.046.385**	
RETENÇÕES						
Depreciação e Amortização	(141.468)		(141.468)		(202.114)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**3.011.837**		**2.837.099**		**3.844.271**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Resultado de Equivalência Patrimonial	(155.226)		3.601		(9.763)	
Receita de valor justo em operação societária	-		-		729.442	
Receitas Financeiras	127.388		124.567		106.362	
	(27.838)		**128.168**		**826.041**	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**2.983.999**		**2.965.267**		**4.670.312**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		**%**		**%**		**%**
Empregados	**306.721**	**10,28**	**306.721**	**10,35**	**295.371**	**6,32**
Remuneração direta	185.677	6,22	185.677	6,26	214.907	4,60
Benefícios	82.688	2,77	82.688	2,79	68.612	1,47
FGTS	15.031	0,51	15.031	0,51	11.852	0,25
Programas de Desligamento de Empregados	23.325	0,78	23.325	0,79	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	**1.123.052**	**37,64**	**1.104.330**	**37,24**	**1.783.110**	**38,19**
Federais	714.586	23,95	695.896	23,47	1.358.841	29,10
Estaduais	406.885	13,64	406.853	13,72	422.936	9,06
Municipais	1.581	0,05	1.581	0,05	1.333	0,03
Remuneração de Capitais de Terceiros	**1.019.297**	**34,15**	**1.019.287**	**34,37**	**740.388**	**15,85**
Juros	1.002.171	33,58	1.002.164	33,80	724.860	15,52
Aluguéis	17.126	0,57	17.123	0,57	15.528	0,33
Remuneração de Capitais Próprios	**534.929**	**17,93**	**534.929**	**18,04**	**1.851.443**	**39,64**
Lucros (Prejuízos) Acumulados	534.929	17,93	534.929	18,04	1.851.443	39,64
	2.983.999	**100,00**	**2.965.267**	**100,00**	**4.670.312**	**100,00**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia" ou "Cemig Geração e Transmissão") sociedade por ações de capital aberto, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig"), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 61 Usinas, sendo 56 Usinas Hidrelétricas, 3 Eólicas e 1 Termelétrica e 1 solar e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 30 de setembro de 2016, o Passivo Circulante Consolidado da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R$3.726.498. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de novos financiamentos obtidos com vencimento no curto prazo para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia e transferência de debêntures do longo para o curto prazo. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. dentre as quais destacamos negociações que estão sendo feitas com instituições financeiras para a rolagem da dívida com vencimento previsto para 2016.

A Companhia apresentou fluxo de caixa operacional negativo consolidado nas suas operações no período de janeiro a setembro de 2016 de R$1.277.213 e a Controladora apresentou fluxo de caixa operacional negativo nas suas operações nos período de janeiro a setembro de 2016 de R$1.409.384 e fluxo de caixa operacional positivo nas suas operações nos período de janeiro a setembro de 2015 de R$1.791.347.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

A Companhia optou por apresentar as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais em 31 de dezembro de 2015. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2016 e aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 29 de abril de 2016, bem como com as demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2015 reapresentadas em 11 de novembro de 2016.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de novembro de 2016, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias. Estas Informações Contábeis Intermediárias, para o período findo em 30 de setembro de 2016, reapresentadas, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27 de abril de 2017 e refletem o efeito dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.3 destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas de 31 de dezembro de 2015 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2016, está relacionada a seguir:

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2015	30/09/2016	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
-	3	Princípios de Consolidação
3	4	Das Concessões e Autorizações
4	29	Segmentos Operacionais
5	5	Caixa e Equivalentes De Caixa
6	6	Títulos e Valores Mobiliários
7	7	Consumidores e Revendedores
8	8	Tributos e Contribuições Compensáveis
9	9	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
10	10	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	11	Depósitos Vinculados a Litígios
12	12	Ativos Financeiros da Concessão
13	13	Investimentos
14	14	Imobilizado
15	15	Intangíveis
16	16	Fornecedores
17	17	Impostos, Taxas e Contribuições
18	18	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
19	19	Encargos Regulatórios
20	20	Obrigações Pós-Emprego
21	21	Provisões
22	22	Patrimônio Líquido
23	23	Receita
24	24	Custos e Despesas Operacionais
25	25	Receitas e Despesas Financeiras
26	26	Transações com Partes Relacionadas
27	27	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
28	28	Mensuração Pelo Valor Justo
31	30	Transações Não Envolvendo Caixa
32	31	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2015 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias, pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
29	Seguros
30	Obrigações Contratuais

2.3 Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Em função de alteração na interpretação da apresentação do caixa pago na aquisição da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015, registrado como Ativo Financeiro no balanço patrimonial, a Companhia procedeu alteração do fluxo de caixa, transferindo o caixa pago na aquisição da Bonificação pela Outorga para a atividade operacional originalmente apresentada como atividade de investimento.

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia procedeu a alteração da apresentação do fluxo de caixa para adequada apresentação do caixa pago na aquisição da Bonificação pela Outorga na atividade operacional no fluxo de caixa.

Essa alterações não provocaram efeitos nos balanços patrimoniais, no lucro líquido, nas demonstrações de resultados abrangente e das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado.

Seguem abaixo os efeitos das alterações mencionadas:

Fluxo de caixa	Controladora		
	30/09/2016	Ajustes	30/09/2016 Reapresentado
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	843.908	(2.253.292)	(1.409.384)
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	(1.262.788)	2.253.292	990.504
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	431.533	-	431.533
Variação líquida do Caixa e equivalentes de caixa	**12.653**	**-**	**12.653**

Fluxo de caixa	Consolidado		
	30/09/2016	Ajustes	30/09/2016 Reapresentado
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	1.014.753	(2.291.966)	(1.277.213)
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	(1.392.212)	2.291.966	899.754
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	431.533	-	431.533
Variação líquida do Caixa e equivalentes de caixa	**54.074**	**-**	**54.074**

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

A partir de 1º de junho de 2016, a Companhia passou a apresentar as suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas com a inclusão das suas subsidiárias integrais constituídas, conforme segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/09/2016
		Participação Direta (%)
Cemig Baguari	Consolidação	100,00
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação	100,00

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Renovação das concessões das Usinas Hidrelétricas de Jaguara e São Simão

A Companhia entende que tem direito à renovação das concessões com base nos termos originais do Contratos de Concessão e encontra-se atualmente em discussão judicial da questão, conforme segue:

Usina Hidrelétrica de Jaguara ("Usina Jaguara")

Conforme previsto no contrato de concessão da Usina Jaguara, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia ("MME") indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança nº 20.432/2013 interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça ("STJ"), contra ato do MME que não analisou o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Jaguara (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina Jaguara até o julgamento final da ação. No dia 23 de agosto de 2013 o ministro Sérgio Kukina julgou prejudicado este Mandado de Segurança.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar, publicada no dia 03 de setembro de 2013, no novo Mandado de Segurança interposto no STJ, contra decisão do MME que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Jaguara, nos termos de seu Contrato de Concessão. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Em 24 de junho de 2015, foi concluído o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT. Conforme manifestação dos Ministros que compõem a 1ª Seção do STJ, foram indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT por 6 votos a 2.

Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou nova ação cautelar, perante o Supremo Tribunal Federal ("STF"), para manter a titularidade da concessão da usina de Jaguara, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 03 de novembro de 2015 o Ministro Relator do STF publicou Despacho, por meio do qual solicitou às partes manifestação acerca do interesse na realização de audiência de conciliação, diante da complexidade e relevância na discussão do objeto da Ação Cautelar, tendo a Cemig protocolizado sua manifestação de interesse no dia 04 de novembro de 2015.

Em 21 de dezembro de 2015, o Ministro Dias Toffoli, Relator deste processo, deferiu o pedido liminar realizado pela Companhia para que sejam suspensos os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguara, sob as bases iniciais do contrato de concessão, até deliberação em sentido contrário do STF. Em 01 de fevereiro de 2016 foi publicada decisão deferindo a requerida liminar.

No dia 15 de fevereiro de 2016 foi publicado Acórdão no STJ contendo a decisão da 1ª Seção daquele Tribunal, que denegou a segurança e julgou prejudicado o agravo regimental.

Em 22 de fevereiro de 2016, no âmbito do STF, foi proferido despacho pelo Ministro Relator, adiando a continuidade da Audiência de Conciliação entre a Cemig GT e a União, aguardando as partes, neste momento, novo despacho para designação de nova data para a continuidade da aludida audiência de conciliação iniciada em 15 de dezembro de 2015.

Em 01 de março de 2016 a Companhia interpôs recurso ordinário ao STJ contra o Acórdão publicado em 15 de fevereiro de 2016, sendo que em 11 de abril de 2016, a Ministra Vice-Presidente do STJ proferiu decisão admitindo o processamento do referido recurso ordinário e determinando o encaminhamento dos autos ao STF.

Considerando a situação atual da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia reconheceu, no período de janeiro a setembro de 2016, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período.

Usina Hidrelétrica de São Simão (“Usina São Simão”)

Em 03 de junho de 2014, a Companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da Usina São Simão uma vez que entende que o respectivo Contrato de Concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (“MME”) que seja negada a renovação da Concessão da Usina São Simão.

Em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão, baseado no Parecer n° 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos. Este recurso ainda se encontra pendente de apreciação no MME.

Não obstante, em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou o Mandado de Segurança nº 21.465/2014, perante o Superior Tribunal de Justiça ("STJ"), com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão com base no Contrato de Concessão.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permanecesse no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguara, ou, até reexame do pleito ora deferido.

Tendo sido concluído o julgamento do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguara pela denegação da segurança, o Ministro Relator revogou a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança referente à Usina São Simão, cuja decisão foi publicada no dia 30 de junho de 2015.

No dia 03 de julho de 2015, a Companhia interpôs Agravo Regimental para que seja exercido o juízo de retratação da decisão agravada pelo Ministro Relator, ou, caso assim não entenda, que seja submetido referido recurso à apreciação da Egrégia 1ª Seção do STJ, para que seja concedida liminar preservando-se a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 10 de julho de 2015, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético oficiou a Cemig GT para se manifestar acerca do interesse da Companhia em permanecer à frente da Usina São Simão, sob as novas bases da Lei nº 12.783/13, até assunção pelo vencedor de nova licitação a ser promovida, tendo em vista a revogação da liminar.

Diante desse fato novo, no dia 22 de julho de 2015, a Cemig GT peticionou ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do STJ requerendo o pedido de retratação formulado no bojo do Agravo Regimental, de forma que, reconsiderando a decisão agravada, seja concedida medida liminar, para manter a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até que seja julgado definitivamente este Mandado de Segurança, ou, subsidiariamente, que, ao menos, seja atribuído efeito suspensivo ao Agravo Regimental.

No dia 20 de agosto de 2015, foi informado que o MME tomaria as providências para designar a Cemig GT como prestadora do serviço de geração de energia elétrica por meio da Usina São Simão, em regime de cotas, ao argumento de que a revogação da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança possui força executória imediata.

Como resposta, a Cemig GT manifestou interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica da Usina São Simão, mas ressaltou que há dúvidas quanto à modalidade e a segurança jurídica desta prestação de serviços, uma vez que a matéria ainda se encontra pendente de decisões judicial e administrativa.

O MME, por meio da Portaria nº 432/2015, publicada no dia 15 de setembro de 2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica, por meio da Usina São Simão, em regime de quotas (sendo responsável pela operação e manutenção da usina, sem, no entanto, ter direito a sua produção de energia, que será alocada aos leilões de energia assegurada) até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Deve ser ressaltado que no âmbito judicial, a Cemig GT impetrou novo Mandado de Segurança em face do Exmo. Ministro do STJ Mauro Campbell Marques, com o fim de anular o ato coator, fazendo prevalecer a medida liminar que autorizou a impetrante, a permanecer à frente da concessão da Usina São Simão sob as bases iniciais do contrato, até que o Mandado de Segurança referente à Usina São Simão seja definitivamente julgado ou, subsidiariamente, até que seja apreciado o mérito do Agravo Regimental.

Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

Considerando o atual status da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia:

- Reconheceu, até a data de 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até esta data;
- Considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da Usina São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas;

- Transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R$219.869 do seu ativo imobilizado para a rubrica de "Outros ativos de longo prazo", considerando que ainda está em discussão judicial. Este ativo, com base nos termos do contrato de concessão, é considerado como recuperável por montante superior ao registrado.

Concessão da UHE Miranda

No dia 10 de junho de 2016, a Cemig Geração e Transmissão protocolou requerimento na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL visando a prorrogação, por 20 anos, do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda (UHE Miranda). Em 12 de julho de 2016, a ANEEL, acolhendo o voto do diretor relator no processo, José Jurhosa Junior, decidiu pelo encaminhamento do processo *"ao Ministério de Minas e Energia – MME com a recomendação de não conhecer do pedido formulado pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, com vistas à prorrogação do prazo de vigência da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, por ter sido formulado fora do prazo estipulado pela Lei 12.783/2013"*.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
Contas Bancárias	2.458	2.406	1.556
Aplicações Financeiras:			
Certificados de Depósitos Bancários	248.360	242.150	230.849
Overnight	86.959	51.800	51.298
	335.319	**293.950**	**282.147**
	337.777	**296.356**	**283.703**

As aplicações financeiras correspondem às operações de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 90% a 108,50% conforme operação).

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada (14,14% a.a.).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa n° 27 das Informações Contábeis Intermediárias.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
Certificados de depósitos bancários	30.314	23.209	1.629.271
Letras Financeiras – Bancos	168.523	100.386	187.565
Letras Financeiras do Tesouro	34.809	20.735	36.754
Debêntures	16.673	9.932	63.039
Outros	355	354	175
	250.674	**154.616**	**1.916.804**
Ativo Circulante	**247.239**	**152.570**	**1.898.751**
Ativo Não Circulante	**3.435**	**2.046**	**18.053**

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (taxa 111%).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 108% a 113% do CDI.

A classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil está apresentada na Nota Explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias.

7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				Consolidado	Controladora	
				30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
Industrial	348.837	47.724	32.310	428.871	428.871	358.468
Comércio, Serviços e Outras	19.968	-	14	19.982	19.982	6.973
Suprimento a Outras Concessionárias	213.043	40.553	5.050	258.646	207.841	99.215
Câmara Comerc. En. Elétrica CCEE	39.886	15.126	168	55.180	55.180	509.667
Provisão p/ Créditos de Liq. Duvidosa	-	-	(5.112)	(5.112)	(5.112)	(4.244)
	621.734	**103.403**	**32.430**	**757.567**	**706.762**	**970.079**
Ativo Circulante				**757.567**	**706.762**	**970.079**

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	**5.057**
Reversões de Provisão	-	(527)
Baixas	-	(355)
Saldo em 30 de setembro de 2015	**-**	**4.175**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**4.244**	**4.244**
Constituições de Provisão	868	868
Saldo em 30 de setembro de 2016	**5.112**	**5.112**

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
Circulante			
ICMS a Recuperar	43.850	43.850	32.087
PASEP	2.469	2.469	874
COFINS	11.318	11.318	4.132
Outros	6.097	6.097	4.409
	63.734	**63.734**	**41.502**
Não Circulante			
ICMS a Recuperar	12.973	12.973	18.215
PASEP	3.250	3.250	981
COFINS	687	687	4.601
	16.910	**16.910**	**23.797**
	80.644	**80.644**	**65.299**

Os créditos de PIS-PASEP, COFINS e ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas novas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata, na forma da Lei 11.774/08. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após setembro de 2017.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2016 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2016 e registrados na rubrica de Impostos de Renda e Contribuições Sociais no Passivo Circulante.

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
Circulante			
Imposto de Renda	77.576	77.576	71.294
Contribuição Social	23.944	23.944	5.735
	101.520	**101.520**	**77.029**

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas ao seguintes itens:

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
ATIVO			
Obrigações Pós-Emprego	195.696	195.696	182.983
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.738	1.738	1.443
Provisões	95.500	95.500	76.610
Tributos com Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308	25.308
Concessão Onerosa	8.196	8.196	9.000
Outros	4.711	4.711	9.734
	331.149	**331.149**	**305.078**
PASSIVO			
Custo Atribuído	(247.358)	(247.358)	(253.906)
Ganho na Indenização sobre Ativos de Transmissão	(496.872)	(496.872)	(261.521)
Custo Aquisição Participações Societárias	(147.723)	(147.723)	(154.177)
Outros	(8.736)	(7.881)	(13.474)
	(900.689)	**(899.834)**	**(683.078)**
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	**(569.540)**	**(568.685)**	**(378.000)**

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015 ( )	**(378.000)**	**(378.000)**
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(191.540)	(190.685)
Saldo em 30 de setembro de 2016	**(569.540)**	**(568.685)**

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015
Resultado Antes dos Impostos	**802.173**	**795.578**	**2.635.111**
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(272.739)	(270.496)	(895.938)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:			
Incentivos Fiscais	3.106	3.106	26.972
Resultado de Equivalência Patrimonial	(46.323)	7.678	(30)
Ganho de Capital por Variação no Percentual de Participação no Capital da Aliança	-	-	88.392
Diferença de Base de cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	49.650		-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(450)	(450)	(2.901)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-	-	(157)
Outros	(488)	(487)	(6)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	**(267.244)**	**(260.649)**	**(783.668)**
Imposto Corrente	(75.704)	(69.964)	(661.297)
Imposto Diferido	(191.540)	(190.685)	(122.371)
	(267.244)	**(260.649)**	**(783.668)**
Alíquota Efetiva	**33,32%**	**32,76%**	**29,74%**

	Consolidado	Controladora	
	Jul a Set/2016	Jul a Set/2016	Jul a Set/2015
Resultado Antes dos Impostos	**292.693**	**287.623**	**20.266**
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(99.516)	(97.791)	(6.891)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:			
Incentivos Fiscais	2.054	2.054	22.673
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5.958)	32.636	32.214
Diferença de Base de cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	35.250	-	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(21)	(21)	(1.967)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	259	259	(38)
Outros	(475)	(474)	(2)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	**(68.407)**	**(63.337)**	**45.989**
Imposto Corrente	(47.150)	(42.927)	28.135
Imposto Diferido	(21.257)	(20.410)	17.854
	(68.407)	**(63.337)**	**45.989**
Alíquota Efetiva	**23,37%**	**22,02%**	**226,93%**

Incentivos Fiscais – Sudene

A Receita Federal do Brasil através do Despacho Decisório 1352 DRF/BHE de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
Trabalhistas	63.280	63.280	61.555
Fiscais			
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	8.310	8.310	8.310
PASEP/COFINS (1)	101.233	101.233	101.233
Outros	49.796	49.796	40.527
	159.339	**159.339**	**150.070**
Outros			
Bloqueio Judicial	120	120	514
Regulatórios	2.916	2.916	2.790
Outros	7.417	7.417	6.200
	10.453	**10.453**	**9.504**
	233.072	**233.072**	**221.129**

(1) Os saldos de depósitos judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS possuem provisão correspondente em Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 17.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Indenização a Receber - Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

Em 16 de agosto de 2016 a ANEEL, através do Despacho nº2.181, homologou o valor de R$892.050, a valores de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização a Cemig GT.

Em 22 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.

A Portaria determinou que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas ("RAP").

O custo de capital correspondente aos ativos será composto por parcelas de remuneração e depreciação.

A atualização será pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 deverá ser atualizado e remunerado pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP.

A Portaria ainda depende de definições, por isso em 14/10/2016 foi aberta a Audiência Pública nº068/2016 para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação do cálculo do custo de capital a ser adicionado à RAP das concessionárias de transmissão. O período para envio das contribuições de 14/10/2016 a 14/11/2016

Considerando que a Portaria MME nº 120 prevê que custo de capital será composto por parcelas de Remuneração e Depreciação (QRR) a Companhia, com base nas informações disponíveis, procedeu os ajustes necessários apurando os seguintes valores como indenização:

Base de Remuneração Regulatória - BRR - Despacho nº 2.181/2016	1.177.488
Valor da Indenização já recebido	(285.438)
Valor Líquido dos Bens para Fins de Indenização	**892.050**
Atualização Portaria MME nº 120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2013 a 09/2016	854.290
Total Indenização	**1.746.340**

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação comercial do reforço ou melhoria.

Indenização a Receber - Geração

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão nº 007/97 para diversas usinas operadas pela Companhia. A partir do término da concessão, a Companhia passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não depreciados/amortizados, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído ("*Deemed Cost*"), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão, julho de 2015, e montam R$546.424.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico em 30/09/2016	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído em 30/09/2016
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.923
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
		679,70	**109.000**	**546.958**

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 615/2014, os laudos de indenização dos ativos a serem indenizáveis foram entregues à ANEEL em dezembro de 2015. A administração entende, com base nas discussões e avaliações em curso, que o valor registrado refere-se a melhor estimativa de indenização considerando as informações disponíveis até a data base das Informações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2016.

Do término do contrato de concessão e até 04 de janeiro de 2016, as usinas passaram a ser operadas pela Companhia em regime de cotas, com remuneração por tarifa apenas para cobrir custos de operação e manutenção dos ativos. A partir de 05 de janeiro de 2016 as usinas passaram a ser operadas em conformidade aos termos do Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015 ("Leilão 12/2015"), conforme descrito a seguir:

Bonificação pela outorga – leilão 12/2015

Devido à Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei n°12.783/2013, 14 usinas da Cemig GT (Cajuru, Camargos, Gafanhoto, Itutinga, Joasal, Marmelos, Martins, Paciência, Peti, Piau, Salto Grande, Três Marias, Tronqueiras e Volta Grande), além de Jaguara, São Simão e Miranda, tiveram suas concessões condicionadas à aceitação de tarifas pré-definidas e indenização dos investimentos ainda não amortizados para cada usina. A Cemig GT, à época, não aceitou os termos de renovação.

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, o que inclui 5 usinas cuja concessão era anteriormente pertencente à Furnas S.A., totalizando uma garantia física de 420 MW médios, conforme segue:

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MWmed)
UHE Três Marias	Jan/2045	396,00	239,00
UHE Salto Grande	Jan/2045	102,00	75,00
UHE Itutinga	Jan/2045	52,00	28,00
UHE Camargos	Jan/2045	46,00	21,00
PCH Piau	Jan/2045	18,01	13,53
PCH Gafanhoto	Jan/2045	14,00	6,68
PCH Peti	Jan/2045	9,40	6,18
PCH Tronqueiras	Jan/2045	8,50	3,39
PCH Joasal	Jan/2045	8,40	5,20
PCH Martins	Jan/2045	7,70	1,84
PCH Cajuru	Jan/2045	7,20	2,69
PCH Paciência	Jan/2045	4,08	2,36
PCH Marmelos	Jan/2045	4,00	2,74
PCH Coronel Domiciano (1)	Jan/2045	5,04	3,59
PCH Dona Rita (1)	Jan/2045	2,41	1,03
PCH Ervália (1)	Jan/2045	6,97	3,03
PCH Neblina (1)	Jan/2045	6,47	4,66
PCH Sinceridade (1)	Jan/2045	1,42	0,35
		699,60	**420,27**

1) Usinas cuja concessão era anteriormente pertencente a Furnas, que estarão em regime de operação assistida pela concessionária anterior pelo prazo de 180 dias a contar da data de assinatura dos contratos.

As informações referentes à capacidade instalada, Garantia Física e outras informações operacionais, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Informações Contábeis Intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes".

A assinatura do contrato dessas usinas permite a exploração da concessão pelos próximos 30 anos e a energia será toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada –("ACR") no Sistema de Cota de Garantia Física – ("CGF" ou "regime de cotas" em 2016 e a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ambiente livre (ACL).

O valor ofertado pelo lote foi de R$498.694 e a bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas hidrelétricas foi de R$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R$775.724, correspondente a 35%, foi pago em 1º de julho de 2016, no montante de R$827.921, atualizado pela taxa SELIC. O contrato foi assinado pela Cemig GT em 05 de janeiro de 2016, no Ministério de Minas e Energia.

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes ao Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos –SPE, subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:

	Saldos Transferidos em 31/05/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2016
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.260.400	144.747	(125.963)	1.279.184
Cemig Geração Salto Grande S.A.	395.523	45.576	(39.725)	401.374
Cemig Geração Itutinga S.A.	147.662	18.593	(16.889)	149.366
Cemig Geração Camargos S.A.	110.746	13.873	(12.573)	112.046
Cemig Geração Sul S.A.	144.603	19.077	(17.690)	145.990
Cemig Geração Leste S.A.	98.301	14.019	(13.433)	98.887
Cemig Geração Oeste S.A.	59.118	8.496	(8.165)	59.449
Total	**2.216.353**	**264.381**	**(234.438)**	**2.246.296**

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
Transmissão - Indenização a Receber	1.746.340	1.746.340	1.054.129
Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa	471.964	471.964	447.312
Geração – indenização a receber	546.958	546.958	546.424
Geração – Bonificação de outorga	2.246.296	-	-
	5.011.558	**2.765.262**	**2.047.865**
Circulante	**332.764**	**13.233**	**13.233**
Não Circulante	**4.678.794**	**2.752.029**	**2.034.632**

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2015	-	-	-	-	**1.272.986**	**1.272.986**
Adição	-	-	-	-	146.030	146.030
Atualização Financeira	-	-	-	-	100.529	100.529
Recebimentos	-	-	-	-	(10.250)	(10.250)
Indenização Usinas não renovadas	-	-	-	546.424	-	546.424
Transferências Imobilizado X Financeiro X Intangível	-	-	-	-	(2.035)	(2.035)
Baixas	-	-	-	-	(5.819)	(5.819)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	**546.424**	**1.501.441**	**2.047.865**
Saldo Inicial Para Fins de Consolidação	546.424	1.501.441	2.047.865	-	-	-
Adição	2.255.561	36.405	2.291.966	2.216.887	36.405	2.253.292
Atualização Financeira	96.911	692.211	789.122	167.471	692.211	859.682
Recebimentos	(105.642)	(11.327)	(116.969)	(128.796)	(11.327)	(140.123)
Transferências Imobilizado X Financeiro X Intangível	-	(426)	(426)	-	(426)	(426)
Transferência da Bonificação de Outorga para as SPE's	-	-	-	(2.255.028)	-	(2.255.028)
Saldo em 30 de setembro de 2016	**2.793.254**	**2.218.304**	**5.011.558**	**546.958**	**2.218.304**	**2.765.262**

13. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas e controladas em conjunto.

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
Hidrelétrica Cachoeirão	47.893	47.893	40.844
Guanhães Energia	24.442	24.442	18.444
Hidrelétrica Pipoca	30.216	30.216	26.237
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	686.194	686.194	675.983
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	712.989	712.989	703.403
Lightger	41.139	41.139	37.455
Baguari Energia	214.897	214.897	187.227
Central Eólica Praias Parajuru	63.723	63.723	63.045
Central Eólica Volta do Rio	82.259	82.259	85.101
Central Eólica Praias de Morgado	60.388	60.388	62.071
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	493.640	493.640	354.284
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	730.161	730.161	495.768
Aliança Geração	1.348.162	1.348.162	1.327.246
Retiro Baixo	160.594	160.594	147.905
Renova	1.577.349	1.577.349	1.527.435
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	1.374	1.374	-
Cemig Baguari	-	32	-
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	1.374.286	-
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	430.712	-
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	163.563	-
Cemig Geração Camargos S.A.	-	122.677	-
Cemig Geração Sul S.A.	-	160.691	-
Cemig Geração Leste S.A.	-	110.509	-
Cemig Geração Oeste S.A.	-	67.221	-
	6.275.420	**8.705.111**	**5.752.448**

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) A movimentação dos investimentos em controladas em e controladas conjunto é a seguinte:

Consolidado	31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	Outros	30/09/2016
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	8.604	-	(1.555)	-	-	47.893
Guanhães Energia	18.444	(17.542)	23.540	-	-	-	24.442
Hidrelétrica Pipoca	26.237	3.979	-	-	-	-	30.216
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	675.983	(28.789)	39.000	-	-	-	686.194
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	703.403	(27.873)	40.139	-	-	(2.680)	712.989
Baguari Energia	187.227	24.422	-	3.248	-	-	214.897
Central Eólica Praias Parajuru	63.045	703	-	(25)	-	-	63.723
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(2.807)	-	(35)	-	-	82.259
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(1.638)	-	(45)	-	-	60.388
Lightger	37.455	3.684	-	-	-	-	41.139
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	495.768	(716)	235.109	-	-	-	730.161
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	354.284	(6.232)	145.588	-	-	-	493.640
Aliança Geração	1.327.246	85.706	-	(64.790)	-	-	1.348.162
Retiro Baixo	147.905	12.689	-	-	-	-	160.594
Renova	1.527.435	(209.416)	240.000	-	19.330	-	1.577.349
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	-	-	1.374	-	-	-	1.374
	5.752.448	**(155.226)**	**724.750**	**(63.202)**	**19.330**	**(2.680)**	**6.275.420**

Controladora	31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	Outros	30/09/2016
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	8.604	-	(1.555)	-	-	47.893
Guanhães Energia	18.444	(17.542)	23.540	-	-	-	24.442
Hidrelétrica Pipoca	26.237	3.979	-	-	-	-	30.216
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	675.983	(28.789)	39.000	-	-	-	686.194
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	703.403	(27.873)	40.139	-	-	(2.680)	712.989
Baguari Energia	187.227	24.422	-	3.248	-	-	214.897
Central Eólica Praias Parajuru	63.045	703	-	(25)	-	-	63.723
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(2.807)	-	(35)	-	-	82.259
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(1.638)	-	(45)	-	-	60.388
Lightger	37.455	3.684	-	-	-	-	41.139
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	495.768	(716)	235.109	-	-	-	730.161
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	354.284	(6.232)	145.588	-	-	-	493.640
Aliança Geração	1.327.246	85.706	-	(64.790)	-	-	1.348.162
Retiro Baixo	147.905	12.689	-	-	-	-	160.594
Renova	1.527.435	(209.416)	240.000	-	19.330	-	1.577.349
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	-	-	1.374	-	-	-	1.374
Cemig Baguari	-	(23)	55	-	-	-	32
Cemig Ger.Três Marias S.A.	-	82.863	1.291.423	-	-	-	1.374.286
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	-	25.444	405.268	-	-	-	430.712
Cemig Ger. Itutinga S.A.	-	12.254	151.309	-	-	-	163.563
Cemig Geração Camargos S.A.	-	9.178	113.499	-	-	-	122.677
Cemig Geração Sul S.A.	-	12.544	148.147	-	-	-	160.691
Cemig Geração Leste S.A.	-	9.941	100.568	-	-	-	110.509
Cemig Geração Oeste S.A.	-	6.626	60.595	-	-	-	67.221
	5.752.448	**3.601**	**2.995.614**	**(63.202)**	**19.330**	**(2.680)**	**8.705.111**

	31/12/2014	Equivalência Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos Provisão	Outros	30/09/2015
Hidrelétrica Cachoeirão	34.296	4.786	-	-	-	39.082
Guanhães Energia	67.428	(29.986)	-	-	-	37.442
Hidrelétrica Pipoca	28.807	1.718	-	(4.473)	-	26.052
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	674.183	(63.649)	-	-	-	610.534
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	707.910	(55.705)	-	-	-	652.205
Baguari Energia	193.351	5.857	-	(11.864)	-	187.344
Central Eólica Praias Parajuru	61.999	1.304	-	-	66	63.369
Central Eólica Volta do Rio	84.023	1.535	-	-	-	85.558
Central Eólica Praias de Morgado	62.332	536	-	-	-	62.868
Lightger	38.900	(1.289)	-	-	-	37.611
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	394.238	(3.408)	97.914	-	-	488.744
Aliança Geração	3.323	63.705	581.114	(45.715)	729.442	1.331.869
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	-	(3.209)	354.111	-	-	350.902
Retiro Baixo	149.944	(3.316)	1.247	-	-	147.875
Renova	1.538.299	71.358	-	-	-	1.609.657
	4.039.033	**(9.763)**	**1.034.386**	**(62.052)**	**729.508**	**5.731.112**

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 30 de setembro 2016			Em 31 de dezembro de 2015		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	97.741	49,00	35.000	83.355
Guanhães Energia	137.608.000	49,00	137.608	49.882	49,00	137.608	37.641
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	61.665	49,00	41.360	53.545
Madeira Energia* (Usina de Santo Antônio)	10.335.481.137	18,13	10.151.952	7.717.501	18,05	9.761.952	7.642.027
Baguari Energia	26.157.300	69,39	261.573	309.694	69,39	261.573	269.827
Central Eólica Praias de Parajuru*	70.560.000	49,00	70.560	130.047	49,00	70.560	128.663
Central Eólica Volta do Rio*	117.230.000	49,00	117.230	167.876	49,00	117.230	173.676
Central Eólica Praias de Morgado*	52.960.000	49,00	52.960	123.241	49,00	52.960	126.676
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	83.957	49,00	79.232	76.439
Aliança Norte* (Usina de Belo Monte)	10.525.000.000	49,00	10.435.427	1.007.429	49,00	647.166	723.029
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	1.039.491.023	74,50	1.039.491	980.082	74,50	723.409	665.460
Aliança Geração*	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.995.916	45,00	1.291.450	2.949.436
Retiro Baixo*	222.850.000	49,90	222.850	321.832	49,90	222.850	296.403
Renova*	360.815.313	34,15	2.806.255	4.618.884	27,37	2.526.253	5.580.690
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	500.000	49,00	500	2.804	-	-	-
Cemig Baguari	1.000	100,00	1	32	-	-	-
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.000	100,00	1.291.423	1.374.286	-	-	-
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.268.000	100,00	405.268	430.712	-	-	-
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.000	100,00	151.309	163.563	-	-	-
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.000	100,00	113.499	122.677	-	-	-
Cemig Geração Sul S.A.	148.147.000	100,00	148.147	160.691	-	-	-
Cemig Geração Leste S.A.	100.569.000	100,00	100.569	110.509	-	-	-
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.000	100,00	60.595	67.221	-	-	-

* Patrimônio Líquido incluindo o ativo intangível referente ao direito de exploração de atividade regulada.

Sociedades	Janeiro a setembro de 2016		Janeiro a setembro de 2015	
	Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	3.173	17.559	-	9.767
Guanhães Energia	-	(35.798)	-	(61.196)
Hidrelétrica Pipoca	-	8.120	9.128	3.506
Madeira Energia* (Usina de Santo Antônio)	-	(312.532)	-	(661.241)
Baguari Energia	-	35.195	17.098	8.441
Central Eólica Praias de Parajuru*	51	1.435	-	2.661
Central Eólica Volta do Rio*	71	(5.729)	-	3.133
Central Eólica Praias de Morgado*	92	(3.343)	-	1.094
Lightger	-	7.518	-	(2.631)
Aliança Geração*	143.978	190.458	101.589	740.793
Aliança Norte* (Usina de Belo Monte)	-	(12.718)	-	(6.431)
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	-	961	-	(4.574)
Retiro Baixo*	-	25.429	-	(6.767)
Renova*	-	(613.224)	-	260.716
Cemig Baguari	-	(23)	-	-
Cemig Ger.Três Marias S.A.	-	82.863	-	-
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	-	25.444	-	-
Cemig Ger. Itutinga S.A.	-	12.254	-	-
Cemig Geração Camargos S.A.	-	9.178	-	-
Cemig Geração Sul S.A.	-	12.544	-	-
Cemig Geração Leste S.A.	-	9.940	-	-
Cemig Geração Oeste S.A.	-	6.626	-	-

* Resultado do exercício incluindo amortização do ativo intangível referente ao direito de exploração de atividade regulada.

Em 30 de setembro de 2016, o passivo circulante de algumas controladas em conjunto estavam superior ao ativo circulante, conforme segue:

Guanhães Energia: o capital circulante líquido encontra-se negativo no consolidado em R$182.440. A Administração da Guanhães Energia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro, que incluem o reescalonamento de seus financiamentos e alongamento de seus empréstimos tomados junto a instituições financeiras, bem como eventuais aportes de capital por parte de seus acionistas.

Renova Energia: Em 30 de setembro de 2016, a Renova Energia apresentou excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no montante de R$1.450.975, sendo que ainda tem apresentado prejuízos operacionais e geração negativa de caixa. Os principais motivos para esse cenário são: i) operações de compra de energia para honrar os compromissos relacionados ao atraso da entrada em operação dos parques eólicos; ii) investimentos relevantes que estão sendo alocados na construção dos parques do Alto Sertão III e iii) atraso na liberação do financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

A Administração da Renova vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. Entre estas ações, estão a redução da estrutura administrativa e operacional, com redução dos custos administrativos, contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, de R$930 milhões, adiamento de determinados projetos para equalização do fluxo de caixa, além do empenho dos acionistas no suporte financeiro que garanta a sua liquidez.

A Administração da Cemig GT não tem expectativa de perdas nos investimentos na Renova.

Madeira Energia: a Madeira Energia e sua Controlada (Santo Antônio Energia) apresentaram excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante consolidado de R$160.461, decorrente, principalmente, da conta "Fornecedores", "Empréstimos e financiamentos" e Provisão para contingências. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Santo Antônio Energia conta com geração operacional de caixa e, se necessário, aportes de recursos a serem efetuados pelos acionistas da companhia.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. ("MESA") e do FIP Melbourne

A Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R$1.399.183 em 30 de setembro de 2016.

A Madeira Energia S.A. ("MESA") e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. ("SAESA") estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizava, em 30 de setembro de 2016, R$22.334.347 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações de todas as unidades geradoras da entidade. Em 30 de setembro de 2016, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada em conjunto é de R$4.049.217. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto MESA, tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações.

A MESA e sua controlada SAESA contam com os aportes de recursos a serem efetuados pelos seus acionistas.

Em 31 de março de 2016 a MESA solicitou aportes para os seus acionistas, desta forma O FIP Melbourne convocou os seus acionistas a aportarem os valores correspondentes as suas participações. Somente a Cemig GT atendeu a solicitação, alterando a sua participação direta e indireta no empreendimento de 18,05% para 18,13%. Desde junho de 2014 os fundos não participam das chamadas dos aportes, diluindo as suas participações.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora.

Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”) e a Cemig GT ingressaram com ação cautelar em face da MESA, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, seja suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela Cemig GT, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014.

Adicionalmente, foi solicitada suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21 de novembro de 2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, sendo que a arbitragem mencionada na ação cautelar foi instaurada, de forma sigilosa, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado (“CAM”), tendo a MESA como parte e probabilidade de perda, na arbitragem, avaliada como possível pelos assessores jurídicos da Cemig GT e SAAG. Em setembro de 2016, devido à sentença proferida pela CAM, a probabilidade de perda, da Cemig GT e SAAG, foi reavaliada para remota.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos.

Opção de Venda de Cotas do FIP Malbec e FIP Melbourne

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, uma vez que a Madeira Energia é uma companhia fechada, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Informações Contábeis Intermediárias, à taxa efetiva de 8% ao ano (descontados os efeitos inflacionários).

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia um passivo no valor de R$177.102, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**-**	**29.029**
Ajuste a Valor Justo	-	52.317
Saldo em 30 de setembro de 2015	**-**	**81.346**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**-**	**147.614**
Saldo Inicial para fins de consolidação	147.614	-
Ajuste a Valor Justo	29.488	29.488
Saldo em 30 de setembro de 2016	**177.102**	**177.102**

Como análise de sensibilidade, uma das principais variáveis com efeito sobre o cálculo das opções é a taxa de desconto. Em uma análise de sensibilidade, a alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito aproximado de R$19 milhões no valor das opções.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia

A Norte Energia S.A. (“NESA”) é a sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A previsão para a última unidade geradora entrar em operação é janeiro de 2019.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, que se abstenha de (a) aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL e no Contrato de Concessão da UHE Belo Monte.

Com base nessa liminar foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do contrato de Concessão, porém a Aliança Norte Energia continua comprando a energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas.

Investimento na Renova – Perdas (impairment) de ativos disponíveis para a venda

Contrato de opção

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato de opção de venda em que, a partir de 31 de março de 2016, a Renova teria a opção de alienar para a SunEdison até 7.000.000 das ações da TerraForm Global recebidas pela Renova em decorrência do fechamento da primeira fase da operação de alienação e permuta de ativos.

O preço de venda das ações foi determinado em R$50,48 ou US$15,00 convertidos à taxa da data, a escolha da SunEdison. O contrato estabelece também opção de compra pela SunEdison das mesmas 7.000.000 com as mesmas características acima mencionadas.

A Renova informou ainda que notificou a SunEdison e a TerraForm Global sobre a sua intenção de exercer a opção de venda de 7 milhões de ações de emissão da TerraForm Global de titularidade da Companhia, conforme previsto em contrato e conforme informado em Fato Relevante publicado pela Renova no dia 18 de setembro de 2015. Em 21 de abril de 2016, a SunEdison pediu recuperação judicial nos Estados Unidos. Em 1 de junho de 2016, findou-se o prazo para pagamento da opção pela SunEdison

A Renova precificou a opção considerando o modelo matemático de Black-Scholes-Merton e a expectativa futura da taxa de câmbio, bem como o risco de crédito.

A Renova reconheceu, no período de janeiro a setembro de 2016, uma perda de R$111.402, pela variação do valor justo da opção considerando o risco de crédito. Adicionalmente, reconheceu uma perda de R$62.995 relativa à extinção da opção e entrou com processo arbitral requerendo, dentre outras demandas, indenização pelas perdas. Até a data de emissão desse relatório, a SunEdison não liquidou essa transação.

Os valores mencionados acima correspondem ao impacto integral nas Informações Contábeis Intemediárias da Renova, sendo que o impacto para a Cemig foi proporcional a sua participação de 34,2% na investida, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Investimento na Terraform – precificação das ações

A Renova também registrou uma perda no período de janeiro a setembro de 2016, no valor de R$271.509 em função da volatilidade negativa no período na cotação das ações da Terraform, investida em que a Renova possui 11,65% de participação avaliada com base no valor das ações no mercado.

Os valores mencionados acima correspondem ao impacto integral nas Informações Contábeis Intemediárias da Renova, sendo que o impacto para a Cemig foi proporcional a sua participação de 34,2% na investida, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Rescisão de contrato de compra e venda de ações

Em 01 de abril de 2016, a Renova Energia S.A. ("Renova") informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA ("Contrato ESPRA") de titularidade da Renova para TerraForm Global, Inc. ("TerraForm Global") foi rescindido, por acordo entre as partes, mediante o pagamento pela TerraForm Global à Renova de um break up fee no valor de US$ 10,00 milhões. Dessa maneira, os ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que comercializam energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada, continuam na Renova e voltam a compor o portfólio de ativos operacionais da Renova. Em função do cancelamento, em 1 de abril de 2016, a TerraForm Global pagou à Renova uma multa no valor de R$35.790.

O Contrato ESPRA estava contemplado na primeira fase da operação com a TerraForm Global e a SunEdison, Inc. ("SunEdison") anunciada no dia 15 de julho de 2015.

Empresas de geração constituídas – leilão do lote D vencido pela Companhia em 12/2015

Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 12, em função da Cemig GT ter vencido o lote D do leilão 12/2015, que contemplou 18 usinas, a Companhia transferiu, em junho de 2016, a titularidade das concessões dessas usinas para 7 novas SPE's de geração, subsidiárias integrais da Cemig GT, que passaram a ser consolidadas a partir do 2º trimestre de 2016.

14. IMOBILIZADO

A taxa de depreciação média anual é de 3,39% para o ano de 2016 (2,31% em 2015). As taxas anuais de depreciação são definidas por tipo de bem, conforme a Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, sendo observadas também as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

	Consolidado e Controladora 30/09/2016			Controladora 31/12//2015		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	**9.499.910**	**(6.423.638)**	**3.076.272**	**9.413.768**	**(6.273.175)**	**3.140.593**
Terrenos	282.031	(10.090)	271.941	281.942	(7.878)	274.064
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4.619.184	(3.009.911)	1.609.273	4.591.763	(2.941.333)	1.650.430
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1.501.574	(1.128.088)	373.486	1.498.360	(1.113.318)	385.042
Máquinas e Equipamentos	3.055.025	(2.241.050)	813.975	2.999.470	(2.180.424)	819.046
Veículos	28.712	(24.154)	4.558	28.895	(20.820)	8.075
Móveis e Utensílios	13.384	(10.345)	3.039	13.338	(9.402)	3.936
Em Curso	**108.746**	**-**	**108.746**	**167.083**	**-**	**167.083**
Ativos em Formação	108.746	-	108.746	167.083	-	167.083
Imobilizado Líquido	**9.608.656**	**(6.423.638)**	**3.185.018**	**9.580.851**	**(6.273.175)**	**3.307.676**

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Controladora 31/12/2015	Adição	Capitalização/ Transferencia	Baixa	Depreciação	Consolidado e Controladora 30/09/2016
Em Serviço	**3.140.593**	**-**	**71.819**	**(317)**	**(135.823)**	**3.076.272**
Terrenos	274.064	-	89	(1)	(2.211)	271.941
Reservatórios,Barragens e Adutoras	1.650.430	-	26.797	-	(67.954)	1.609.273
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	385.042	-	4.350	-	(15.906)	373.486
Máquinas e Equipamentos	819.046	-	42.819	(257)	(49.738)	811.870
Veículos	8.075	-	(1.518)	(58)	(1.941)	4.558
Móveis e Utensílios	3.936	-	(718)	(1)	(178)	3.039
Em Curso	**167.083**	**19.293**	**(71.393)**	**(4.132)**	**-**	**110.851**
Imobilizado Líquido	**3.307.676**	**19.293**	**426**	**(4.449)**	**(137.928)**	**3.185.018**

Controladora	Saldo em 31/12/2014	Adição	Capitalização/ Transferência	Aporte na Empresa Aliança Geração de Energia	Indenização Usinas não Renovadas	Transferência para Outros Ativos LP	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2015
Em Serviço	**4.648.019**	**39.240**	**36.124**	**(628.319)**	**(542.666)**	**(200.570)**	**(22.287)**	**(197.106)**	**3.132.435**
Terrenos	366.690	1.366	3.768	(40.796)	(16.277)	(16.575)	(20.787)	(2.588)	**274.801**
Reservatórios,Barragens e Adutoras	2.053.045	19.070	5.612	(163.123)	(43.915)	(101.988)	-	(93.903)	**1.674.798**
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	551.777	3.829	402	(115.659)	(16.633)	(12.953)	(670)	(17.574)	**392.519**
Máquinas e Equipamentos	1.663.675	14.969	26.340	(308.207)	(465.841)	(69.054)	(830)	(80.688)	**780.364**
Veículos	9.234	-	-	(335)	-	-	-	(2.159)	**6.740**
Móveis e Utensílios	3.598	6	2	(199)	-	-	-	(194)	**3.213**
Em Curso	**201.619**	**27.291**	**(33.607)**	**(3.077)**	**(3.701)**	**(19.299)**	**(4.317)**	**-**	**164.909**
Imobilizado Líquido	**4.849.638**	**66.531**	**2.517**	**(631.396)**	**(546.367)**	**(219.869)**	**(26.604)**	**(197.106)**	**3.297.344**

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

De forma geral, a depreciação dos itens do ativo imobilizado é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Realizável a Longo Prazo os saldos contábeis remanescentes das usinas que tiveram o seu vencimento em julho de 2015 e que deverão ser objeto de indenização pelo poder Concedente. Mais informações nas notas explicativas nº 12 e 15.

Consórcios

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.

	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/09/2016	31/12/2015
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	4,00	217.009	212.784
Depreciação acumulada			(84.032)	(74.248)
Total em operação			**132.977**	**138.536**
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	73	3.894
Total em construção			**73**	**3.894**

15. INTANGÍVEIS

A taxa de amortização média anual é de 20%, considerando as taxas determinadas na legislação do setor.

	Consolidado e Controladora 30/09/2016			Controladora 31/12/2015		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	**88.449**	**(60.818)**	**27.631**	**85.111**	**(57.277)**	**27.834**
Servidão	11.451	(1.315)	10.136	11.451	(1.315)	10.136
Concessão Onerosa	19.169	(10.403)	8.766	19.169	(9.894)	9.275
Outros	57.829	(49.100)	8.729	54.491	(46.068)	8.423
Em Curso	**7.329**	**-**	**7.329**	**8.275**	**-**	**8.275**
Ativos em formação	7.329	-	7.329	8.275	-	8.275
Intangível Líquido	**95.778**	**(60.818)**	**34.960**	**93.386**	**(57.277)**	**36.109**

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

Controladora	31/12/2015	Adição	Capitalização / Transferência	Amortização	Consolidado e Controladora 30/09/2016
Em Serviço	**27.834**	**-**	**3.337**	**(3.540)**	**27.631**
Servidão	10.136	-	-	-	10.136
Concessão Onerosa	9.275	-		(509)	8.766
Outros	8.423	-	3.337	(3.031)	8.729
Em Curso	**8.275**	**2.391**	**(3.337)**	**-**	**7.329**
Ativos em formação	8.275	2.391	(3.337)	-	**7.329**
Total	**36.109**	**2.391**	**-**	**(3.540)**	**34.960**

Controladora	31/12/2014	Adição	Aporte na Empresa Aliança Geração de Energia	Baixa	Indenização Usinas não Renovadas	Amortização	Capitalização/ Transferência	30/09/2015
Em Serviço	**40.461**	**3.874**	**(13.719)**	**-**	**(43)**	**(5.066)**	**2.828**	**28.335**
Servidão	11.510	54	(1.202)	-	(43)	(205)	22	**10.136**
Concessão Onerosa	19.892	3.820	(12.517)	-	-	(1.750)	-	**9.445**
Outros	9.059	-	-		-	(3.111)	2.806	**8.754**
Em Curso	**9.935**	**2.704**	**-**	**(1.366)**	**-**	**-**	**(5.218)**	**6.055**
Ativos em formação	9.935	2.704	-	(1.366)	-	-	(5.218)	6.055
Total	**50.396**	**6.578**	**(13.719)**	**(1.366)**	**(43)**	**(5.066)**	**(2.390)**	**34.390**

Os ativos intangíveis, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

16. FORNECEDORES

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	319.371	318.543	260.221
Materiais e Serviços	21.346	20.673	71.602
	340.717	**339.216**	**331.823**
Circulante	**340.717**	**339.216**	**331.823**

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão registradas no passivo não circulante referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
Circulante			
ICMS	47.543	47.543	45.047
PASEP	5.697	5.538	7.959
COFINS	26.428	25.691	37.369
INSS	3.968	3.894	4.556
ISSQN	677	646	1.408
Outros	3.704	3.678	37.531
	88.017	**86.990**	**133.870**
Não Circulante			
PASEP	18.058	18.058	18.058
COFINS	83.175	83.175	83.175
	101.233	**101.233**	**101.233**
	189.250	**188.223**	**235.103**

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante é divulgado na Nota Explicativa n° 10 destas Informações Contábeis Intermediárias.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado 30/09/2016			Controladora 31/12/2015
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2018	1,78%	Euro	3.884	5.949	9.833	11.627
Dívida em Moeda Estrangeira				**3.884**	**5.949**	**9.833**	**11.627**
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R$	421.200	540.000	961.200	924.666
Nota Promissória – 7ª emissão	2017	128,00% do CDI	R$	636.530	-	636.530	-
BNDES	2026	TJLP + 2,34%	R$	7.995	68.375	76.370	81.339
Nota Promissória – 6ª emissão	2016	120,00% do CDI	R$	1.615.092	-	1.615.092	1.440.907
Banco da Amazônia	2018	CDI + 1,90%	R$	16.926	119.367	136.293	121.172
FINEP	2018	TJLP + 5% e TJLP + 8%	R$	3.155	3.135	6.290	8.650
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R$	302.694	147.449	450.143	433.876
Consórcio Pipoca (2)	2016	IPCA	R$	185	-	185	185
Dívida em Moeda Nacional				**3.003.777**	**878.326**	**3.882.103**	**3.010.795**
Total de Empréstimos e Financiamentos				**3.007.661**	**884.275**	**3.891.936**	**3.022.422**
Debêntures (1) – 1ª série – 3ª Emissão	2017	CDI + 0,90%	R$	524.978	-	524.978	539.943
Debêntures (1) – 2ª série – 3ª Emissão	2019	IPCA + 6,00%	R$	10.446	277.452	287.898	274.893
Debêntures (1) – 3ª série – 3ª Emissão	2022	IPCA + 6,20%	R$	36.152	929.382	965.534	922.329
Debêntures (1) – 1ª série – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85%	R$	557.174	-	557.174	501.398
Debêntures (1) – 1ª série – 5ª Emissão	2018	CDI + 1,70%	R$	178.587	1.400.000	1.578.587	1.411.646
Debêntures (1) – 1ª série – 6ª Emissão	2018	CDI*1,60%	R$	515.946	484.966	1.000.912	1.037.256
Debêntures (1) – 2ª série – 6ª Emissão	2020	IPCA + 8,07%	R$	473	29.937	30.410	29.185
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas				(21.985)	(4.054)	(26.040)	-
Total de Debêntures				**1.801.771**	**3.117.683**	**4.919.453**	**4.716.650**
Total Geral – Consolidado e Controladora				**4.809.432**	**4.001.958**	**8.811.389**	**7.739.072**

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, consolidado, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Indexadores									
IPCA (1)	47.314	(7)	138.585	153.685	321.727	306.732	315.991	-	1.284.027
CDI (2)	3.180.985	2.682.972	1.570.912	-	-	-	-	-	7.434.869
TJLP (3)	2.993	10.874	10.092	7.741	7.741	7.741	7.741	27.737	82.660
Euro	2.026	3.965	3.842	-	-	-	-	-	9.833
Total	**3.233.318**	**2.697.804**	**1.723.431**	**161.426**	**329.468**	**314.473**	**323.732**	**27.737**	**8.811.389**

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA
(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI
(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação Acumulada de janeiro a setembro de 2016 %	Variação Acumulada de janeiro a setembro 2015 %	Indexador	Variação Acumulada de janeiro a setembro de 2016 %	Variação Acumulada de janeiro a setembro 2015 %
Euro	(16,87)	37,43	IPCA	5,51	7,64
			CDI	10,42	9,55

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	**7.739.072**
Saldo Inicial Para Fins de Consolidação	**7.739.072**	-
Financiamentos Obtidos	621.965	621.965
Custos de Captação	(14.260)	(14.260)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	**607.705**	**607.705**
Variação Monetária e Cambial	70.548	70.548
Encargos Financeiros Provisionados	863.016	863.016
Encargos Financeiros Pagos	(432.836)	(432.836)
Amortização de Financiamentos	(10.076)	(10.076)
Subtotal	**8.837.429**	**8.837.429**
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	(26.040)	(15.511)
Saldo em 30 de setembro de 2016	**8.811.389**	**8.821.918**

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**7.036.700**
Empréstimos Obtidos	1.600.000
Custos de Captação	(11.794)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	**1.588.206**
Variação Monetária e Cambial	86.824
Encargos Financeiros Provisionados	573.543
Encargos Financeiros Pagos	(421.014)
Amortização de Financiamentos	(2.527.104)
Saldo em 30 de setembro de 2015	**6.337.155**

Custos de empréstimos transferidos para investimentos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no período de janeiro a setembro de 2016.

Captações de Recursos

As captações de recursos no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2016 estão demonstradas a seguir:

	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Estrangeira			
KFW	2018	1,78%	1.965
Nota Promissória – 7ª emissão	2017	128% do CDI	605.740
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação			**607.705**

Em 01 de julho de 2016, A Cemig GT concluiu a sua 7ª emissão de notas promissórias comercias, totalizando R$ 620.000. Os recursos obtidos foram destinados ao pagamento da 2ª parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do Leilão ANEEL 12/2015, bem como reforço de capital de giro da empresa. As notas promissórias têm prazo de 360 dias, com vencimento em 26 de junho de 2017, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 128% da variação acumulada das taxas média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, over extra grupo, que serão pagos na data de vencimento. A 7ª emissão de notas promissórias da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a Cemig.

Garantias

Em 30 de setembro de 2016 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, consolidado, é garantido da seguinte forma:

	30/09/2016
Nota Promissória e Aval	8.795.266
Recebíveis	6.290
Sem Garantia	9.833
TOTAL	**8.811.389**

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo "simples", não conversíveis em ações e, em 30 de setembro de 2016 possuem as seguintes características:

	Vencimentos	Tipo garantia	Encargos Financeiros Anuais	Saldo em 30/09/2016	Saldo em 31/12/2015
1ª Série – 3ª Emissão	2017	Quirografária	CDI + 0,90%	524.978	539.943
2ª Série – 3ª Emissão	2019	Quirografária	IPCA + 6,00%	287.898	274.893
3ª Série – 3ª Emissão	2022	Quirografária	IPCA + 6,20%	965.534	922.329
4ª Emissão	2016	Quirografária	CDI + 0,85%	557.174	501.398
5ª Emissão	2018	Quirografária	CDI + 1,70%	1.578.587	1.411.646
1ª Série – 6ª Emissão	2018	Quirografária	CDI*1,60%	1.000.912	1.037.256
2ª Série – 6ª Emissão	2020	Quirografária	IPCA + 8,07%	30.410	29.185
TOTAL				**4.945.493**	**4.716.650**

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas ("*Covenants*"), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R$50 milhões ("*cross default*").

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – "*Covenants*"

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva ("*Covenants*") atrelada a índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Patrimônio/Ativo Total da Garantidora (Cia Energética de Minas Gerais)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%

Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

A Administração entende que todas as cláusulas foram atendidas na última medição em 30 de junho de 2016.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
Ativo			
Reserva Global de Reversão – RGR (1)	82.302	82.302	-
	82.302	**82.302**	**-**
Passivo			
Reserva Global de Reversão – RGR	-	-	11.942
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	22.640	21.075	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.634	2.634	5.205
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.469	1.251	1.641
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	7.582	7.582	6.550
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.991	3.614	4.514
Pesquisa e Desenvolvimento	142.273	141.541	113.771
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.135	1.946	2.396
	182.724	**179.643**	**146.019**
Ativo Circulante	**82.302**	**82.302**	**-**
Passivo Circulante	**64.855**	**62.506**	**56.019**
Passivo Não Circulante	**117.869**	**117.137**	**90.000**

(1) A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos, em exercícios anteriores, referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. A Aneel, em 2016, julgou procedente o pedido, conforme Nota Técnica Aneel 162/2016, tendo sido concluído o direito da Companhia de recuperar o valor de R$119.264. O valor demonstrado na nota está líquido do passivo.

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria (FORLUZ)	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	**180.924**	**235.675**	**6.394**	**158.605**	**581.598**
Despesa Reconhecida no Resultado	22.072	22.508	616	14.792	59.988
Contribuições Pagas	(19.574)	(12.064)	(355)	(2.178)	(34.171)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2015	**183.422**	**246.119**	**6.655**	**171.219**	**607.415**
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	**310.946**	**277.652**	**6.173**	**126.699**	**721.470**
Despesa Reconhecida no Resultado	32.916	28.789	641	12.843	75.189
Contribuições Pagas	(21.446)	(15.415)	(376)	(2.370)	(39.607)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2016	**322.416**	**291.026**	**6.438**	**137.172**	**757.052**

	30/09/2016	31/12/2015
Passivo Circulante	43.535	38.048
Passivo Não Circulante	713.517	683.422

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria (FORLUZ)	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-
Saldo Inicial para Fins de Consolidação	**310.946**	**277.652**	**6.173**	**126.699**	**721.470**
Despesa Reconhecida no Resultado	32.916	28.789	641	12.843	75.189
Contribuições Pagas	(21.446)	(15.415)	(376)	(2.370)	(39.607)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2016	**322.416**	**291.026**	**6.438**	**137.172**	**757.052**

	30/09/2016	31/12/2015
Passivo Circulante	43.535	-
Passivo Não Circulante	713.517	-

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a Fundação.

21. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Controladora 31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	Consolidado e Controladora 30/09/2016
Trabalhistas	44.559	6.059	(2.216)	(6.059)	42.343
Cíveis	305	198	-	(150)	353
Tributárias	5.161	2.284	(67)	(3)	7.375
Regulatórias	2.670	673	-	(262)	3.081
Outras	25.015	25.819	-	(204)	50.630
Total	**77.710**	**35.033**	**(2.283)**	**(6.678)**	**103.782**

Controladora	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 30/09/2015
Trabalhistas	54.482	12.118	-	(1.421)	65.179
Cíveis	93	204	-	(7)	290
Tributárias	3.652	1.596	-	(9)	5.239
Ambientais	851	42	(893)	-	-
Regulatórias	1.446	1.056	(1.406)	(168)	928
Outras	32.220	168	(8.602)	(168)	23.618
Total	**92.744**	**15.184**	**(10.901)**	**(1.773)**	**95.254**

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R$123.643 (R$128.889 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R$42.343 (R$44.559 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$111.332 (R$96.761 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R$7.375 (R$5.161 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R$28.617 (R$23.202 em 31 de dezembro de 2015), para os quais não há saldo provisionado.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$19.194 (R$16.145 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R$3.081 (R$2.670 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R$27.553 (R$23.653 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$90.736 (R$47.999 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R$23.430 foram provisionados (R$1.667 em 31 de dezembro de 2015). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e do INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R$59.208 (R$55.775 em 31 de dezembro de 2015), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R$66.900 (R$62.181 em 31 de dezembro de 2015) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxilio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$238.604 (R$219.594 em 31 de dezembro de 2015). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e precedentes jurisprudência relativa.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R$112.096 (R$272.457 em 31 de dezembro de 2015) e a probabilidade de perda foi classificada como possível, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R$50.589 (R$29.015 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional

para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R$258.110 (R$230.346 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R$177.785 (R$155.251 em 31 de dezembro de 2015). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, por meio de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R$362.424 (R$314.015 em 31 de dezembro de 2015), bem como a probabilidade de perda para remota, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial, associado ao fato da parte contrária não ter demonstrado elementos que comprovassem os seus argumentos.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinadas associação e particulares distribuíram Ações Civis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R$114.198 (R$99.000 em 31 de dezembro de 2015).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R$71.766 (R$64.338 em 31 de dezembro de 2015).

Outros Passivos Contingentes

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia foi parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico, no montante estimado de R$20.538 em 31 de dezembro de 2015. O processo foi extinto e arquivado, sem resolução de mérito, em razão da perda de objeto da denúncia.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R$17.665 (R$16.062 em 31 de dezembro de 2015), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de setembro de 2016, o Capital Social da Companhia é de R$1.837.710, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Lucro por ação – básico e diluído

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/09/2016	30/09/2015	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro (Prejuízo) do período	534.929	1.851.443	224.286	66.255
Lucro (Prejuízo) por ação – básico e diluído (em R$)	0,1847	0,6391	0,0774	0,0229

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

Dividendos declarados referentes ao resultado de 2015

A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2016, aprovou o pagamento de dividendos no valor total de R$985.407, valor este inferior ao mínimo estatutário. O valor que deixou de ser distribuído como dividendo obrigatório corresponde ao montante de R$202.041.

23. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	4.756.058	4.668.118	4.547.214
Receita de Transmissão – com impostos (b)	299.198	299.198	242.086
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga * (c)	212.185	115.274	-
Receita de Construção (d)	36.405	36.405	88.732
Transações com energia na CCEE (e)	137.075	137.075	1.820.222
Receita de Indenização da Transmissão (f)	692.211	692.211	60.549
Outras receitas operacionais	21.404	26.510	13.801
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(1.061.741)	(1.049.647)	(1.120.366)
	5.092.795	**4.925.144**	**5.652.238**

(*) Líquida da atualização financeira da parcela remanescente a pagar pela Outorga

	Consolidado	Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.721.326	1.649.625	1.300.305
Receita de Transmissão – com impostos (b)	107.098	107.098	80.482
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (c)	63.491	-	-
Receita de Construção (d)	4.771	4.771	32.474
Transações com energia na CCEE (e)	85.222	85.222	120.663
Receita de Indenização da Transmissão (f)	99.742	99.742	5.677
Outras receitas operacionais	7.616	12.722	4.687
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(343.289)	(333.007)	(313.418)
	1.745.977	**1.626.173**	**1.230.870**

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado		Controladora			
	MWh (*)	R$	MWh (*)		R$	
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Industrial	11.452.195	2.561.774	11.452.195	13.897.908	2.561.774	2.701.841
Comercial	584.994	151.996	584.994	273.694	151.996	66.053
Subtotal	**12.037.189**	**2.713.770**	**12.037.189**	**14.171.602**	**2.713.770**	**2.767.894**
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	68.600	-	-	68.600	5.725
	12.037.189	**2.782.370**	**12.037.189**	**14.171.602**	**2.782.370**	**2.773.619**
Suprim. Outras Concessionárias (**)	8.791.221	1.847.412	8.791.221	9.212.075	1.805.027	1.935.272
Suprimento não Faturado Líquido	-	126.276	-	-	80.721	(161.677)
	20.828.410	**4.756.058**	**20.828.410**	**23.383.677**	**4.668.118**	**4.547.214**

	Consolidado		Controladora			
	MWh (*)	R$	MWh (*)		R$	
	Jul a Set/16	Jul a Set /16	Jul a Set /16	Jul a Set /15	Jul a Set /16	Jul a Set /15
Industrial	4.039.479	907.999	4.039.479	4.557.126	907.999	913.377
Comercial	212.847	54.570	212.847	88.010	54.570	21.462
Subtotal	**4.252.326**	**962.569**	**4.252.326**	**4.645.136**	**962.569**	**934.839**
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	500	-	-	500	8.200
	4.252.326	**963.069**	**4.252.326**	**4.645.136**	**963.069**	**943.039**
Suprim. Outras Concessionárias (**)	2.927.208	631.775	2.927.208	2.091.200	605.629	427.143
Suprimento não Faturado Líquido	-	126.482	-	-	80.927	(69.877)
	7.179.534	**1.721.326**	**7.179.534**	**6.736.336**	**1.649.625**	**1.300.305**

(*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.
(**) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela incorrida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertecentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP.

(c) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

(d) Receita de Construção

A Receita de Construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período e é integralmente compensada pelos custos de construção.

(e) Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

(f) Receita de Indenização de Transmissão

No período de janeiro a setembro de 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R$692.211, conforme eventos descritos a seguir:

- R$20.381 referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, que foi de R$1.157.106 em 23 de fevereiro de 2015, do Laudo enviado pela Companhia, e a revisão final;
- R$90.442 referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R$437.911 referente ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..
- R$43.735 referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber;
- R$99.742 referente à atualização do saldo de indenização a receber, pelo IPCA e pelo custo de capital próprio, conforme Portaria MME nº120, no período de julho a setembro de 2016.

O montante a receber, em 30 de setembro de 2016, corresponde a R$1.746.340. Mais detalhes na nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

(g) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015
Tributos sobre a Receita			
ICMS	406.415	406.415	422.511
COFINS	397.369	391.823	415.119
PIS-PASEP	86.266	85.065	90.101
ISSQN	946	946	519
	890.996	**884.249**	**928.250**
Encargos do Consumidor			
Reserva Global de Reversão – RGR (recuperação de despesas)	(28.277)	(28.277)	10.979
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e PROINFA	54.062	54.062	35.831
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	17.584	16.858	22.041
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	17.584	16.858	22.041
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	8.792	8.429	11.021
Taxa deFiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	13.865	13.211	17.124
Compensação Financ. Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	87.135	84.257	73.079
	170.745	**165.398**	**192.116**
	1.061.741	1.049.647	**1.120.366**

	Consolidado	Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set /16	Jul a Set /15
Tributos sobre a Receita			
ICMS	145.841	145.841	142.320
COFINS	139.494	135.438	104.290
PIS-PASEP	30.281	29.403	22.640
ISSQN	327	327	120
	315.943	**311.009**	**269.370**
Encargos do Consumidor			
Reserva Global de Reversão – RGR (recuperação de despesas)	(42.641)	(42.641)	(4.167)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e PROINFA	16.372	16.372	11.821
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	6.720	5.994	4.781
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	6.720	5.994	4.781
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	3.360	2.997	2.391
Taxa deFiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	4.260	3.606	4.773
Compensação Financ. Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	32.555	29.676	19.668
	27.346	**21.998**	**44.048**
	343.289	**333.007**	**313.418**

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal(a)	280.858	280.858	238.054
Participação dos Empregados no Resultado	6.135	6.135	52.427
Obrigações Pós-Emprego	55.550	55.550	37.916
Materiais	9.479	9.241	13.012
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	35	35	81.503
Serviços de Terceiros (b)	98.247	96.443	96.389
Depreciação e Amortização	141.468	141.468	202.114
Provisões	63.106	63.106	56.073
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	230.412	227.533	217.795
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.291.737	2.291.737	1.980.291
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	36.405	36.405	88.732
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (e)	47.181	47.059	54.002
	3.260.613	**3.255.570**	**3.118.308**

	Consolidado	Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set /16	Jul a Set /15
Pessoal(a)	82.471	82.993	76.936
Participação dos Empregados no Resultado	5.509	5.509	14.610
Obrigações Pós-Emprego	19.975	19.975	12.639
Materiais	2.461	2.234	5.407
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	8	8	6.532
Serviços de Terceiros (b)	28.505	27.197	32.107
Depreciação e Amortização	47.385	47.385	58.028
Provisões	11.466	11.466	14.200
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	82.537	79.658	74.235
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	823.584	823.584	747.502
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	4.771	4.771	32.474
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (e)	15.063	14.946	22.943
	1.123.735	**1.119.726**	**1.097.613**

a) Despesa com Pessoal	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015
Remunerações e Encargos	220.080	220.080	204.591
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Cont.Definida	18.609	18.609	14.719
Benefícios Assistenciais	27.028	27.028	22.466
	265.717	265.717	241.776
(-) Custos com Pessoal Transferido para o Ativo	(8.184)	(8.184)	(4.927)
	257.533	257.533	236.849
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	23.325	23.325	1.205
	280.858	**280.858**	**238.054**

a) Despesa com Pessoal	Consolidado	Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set /16	Jul a Set /15
Remunerações e Encargos	67.780	68.302	66.488
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Cont.Definida	5.339	5.339	4.888
Benefícios Assistenciais	8.172	8.172	7.596
	81.291	81.813	78.972
(-) Custos com Pessoal Transferido para o Ativo	(4.947)	(4.947)	(2.127)
	76.344	76.866	76.845
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	6.127	6.127	91
	82.471	**82.993**	**76.936**

Em abril de 2016 a Companhia criou o PDVP, sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tivessem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2016. O PDVP previa o pagamento das verbas rescisórias, previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. O desligamento dos empregados ocorreu no período de 02 de junho a 20 de outubro de 2016, conforme diretrizes da Companhia e contou com a adesão de 188 empregados. Os valores das rescisões foram integralmente provisionados, conforme demonstrado na tabela acima.

b) Serviços de Terceiros	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015
Comunicação	2.472	2.472	4.541
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	11.752	16.858	13.766
Conservação e Limpeza de Prédios	19.869	19.869	18.909
Mão de Obra Contratada (recuperação de despesas)	2.655	2.655	62
Fretes e Passagens	1.539	1.539	2.543
Hospedagem e Alimentação	2.311	2.311	3.465
Vigilância	10.189	10.189	10.885
Consultoria	3.628	3.628	2.131
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	6.300	6.300	2.161
Manutenção e Conservação de Veículos	2.362	2.362	2.534
Energia Elétrica	3.739	3.739	2.083
Meio Ambiente	9.940	9.940	12.067
Limpeza de Faixas	1.297	1.297	1.361
Serviços de Reprografia	834	835	1.043
Serviços advocatícios e Custas Processuais	3.260	3.260	3.149
Outros	16.100	9.189	15.689
	98.247	**96.443**	**96.389**

b) Serviços de Terceiros	Consolidado	Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Comunicação	441	441	1.329
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	3.570	8.676	4.676
Conservação e Limpeza de Prédios	6.490	6.948	6.924
Mão de Obra Contratada	495	495	(220)
Fretes e Passagens	642	642	1.025
Hospedagem e Alimentação	930	930	1.234
Vigilância	3.440	3.440	3.911
Consultoria	449	449	1.212
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	1.056	1.056	1.170
Manutenção e Conservação de Veículos	690	690	842
Energia Elétrica	1.271	1.289	786
Meio Ambiente	3.483	3.483	2.765
Limpeza de Faixas	277	277	371
Serviços de Reprografia	272	273	392
Serviços advocatícios e Custas Processuais	1.493	1.493	987
Outros	3.506	(3.385)	4.703
	28.505	**27.197**	**32.107**

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015
Energia de curto prazo - CCEE	37.834	37.834	10.699
Energia adquirida no Ambiente Livre	2.476.241	2.476.241	2.110.551
Créditos de PASEP/COFINS	(222.338)	(222.338)	(140.959)
	2.291.737	**2.291.737**	**1.980.291**

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Consolidado	Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Energia de curto prazo - CCEE	26	26	42.999
Energia adquirida no Ambiente Livre	902.338	902.338	765.970
Créditos de PASEP/COFINS	(78.780)	(78.780)	(61.467)
	823.584	**823.584**	**747.502**

d) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal	907	907	455
Materiais	20.545	20.545	52.850
Serviços deTerceiros	14.105	14.105	34.085
Outros	848	848	1.342
	36.405	**36.405**	**88.732**

d) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	Consolidado	Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Pessoal	267	267	315
Materiais	1.437	1.437	11.236
Serviços deTerceiros	2.248	2.248	20.458
Outros	819	819	465
	4.771	**4.771**	**32.474**

(e) Outros Custos e Despesas Operacionais	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015
Arrendamentos e Aluguéis	16.782	16.779	15.361
Propaganda e Publicidade	941	941	1.107
Subvenções e Doações	1.778	1.778	10.955
Despesa Concessão Onerosa	2.154	2.154	6.357
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	1.255	1.255	2.690
Contribuição ao MAE	3.006	3.006	3.084
Seguros	2.518	2.518	2.121
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	420	420	2.263
FORLUZ – Custeio Administrativo	4.225	4.225	3.428
Outros	14.102	13.983	6.636
	47.181	**47.059**	**54.002**

(e) Outros Custos e Despesas Operacionais	Consolidado	Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Arrendamentos e Aluguéis	6.366	6.363	5.823
Propaganda e Publicidade	93	93	730
Subvenções e Doações	63	63	7.596
Despesa Concessão Onerosa	734	734	913
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	257	259	705
Contribuição ao MAE	945	945	1.011
Seguros	743	743	654
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	187	187	1.738
FORLUZ – Custeio Administrativo	1.442	1.442	837
Outros	4.233	4.117	2.936
	15.063	**14.946**	**22.943**

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	58.851	56.030	76.991
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	9.178	9.178	6.368
Variação Monetária	27.000	27.000	6.359
Variação Monetária s/ Depósitos Vinculados	8.071	8.071	-
Ajuste a Valor Presente	325	325	873
Rendas de Antecipação de Pagamento	22.790	22.790	8.149
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(7.168)	(7.168)	(2.131)
Variações Cambiais	2.085	2.085	-
Outras	6.256	6.256	9.753
	127.388	**124.567**	**106.362**
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(863.016)	(863.016)	(573.543)
Variação Monetária – Forluz	(19.639)	(19.639)	(22.072)
Variação Monetária – Emp. e Financiamentos	(72.399)	(72.399)	(82.436)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(3.056)	(3.056)	(9.064)
Variações Monetárias	(10.488)	(10.481)	(7.320)
Variações Cambiais	(248)	(248)	(3.950)
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	(13.844)	(13.844)	-
Outras	(19.481)	(19.481)	(26.475)
	(1.002.171)	**(1.002.164)**	**(724.860)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(874.783)**	**(877.597)**	**(618.498)**

	Consolidado	Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set/16	Jul a Set/15
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	15.933	13.137	33.242
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	2.494	2.494	2.590
Variação Monetária	10.640	10.640	2.298
Variação Monetária sobre Depósitos Vinculados	3.084	3.084	-
Ajuste a Valor Presente	(396)	(396)	(234)
Rendas de Antecipação de Pagamento	13.433	13.433	8.149
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(2.060)	(2.060)	(2.131)
Variações Cambiais	(73)	(73)	-
Outras	1.522	1.523	(454)
	44.577	**41.782**	**43.460**
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(321.197)	(321.197)	(201.549)
Variação Monetária – Forluz	(5.088)	(5.088)	(5.714)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(14.659)	(14.659)	(15.436)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(301)	(301)	(2.242)
Variações Monetárias	(3.758)	(3.752)	(2.833)
Variações Cambiais	(244)	(244)	(3.179)
Outras	(5.028)	(5.027)	(13.920)
	(350.275)	**(350.268)**	**(244.873)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(305.698)**	**(308.486)**	**(201.413)**

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	Consolidado e Controladora 30/09/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado e Controladora 30/09/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado e Controladora 30/09/2016	Controladora 30/09/2015	Consolidado e Controladora 30/09/2016	Controladora 30/09/2015
Controladora								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	-	-	(1.736)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	350.000	728.137	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	288	-	(49.100)	-
Prestação de serviços (3)	1.469	169	-	-	8.178	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.540	5.788	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	3.164	-	(323.662)	(410.088)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (4)	-	86.941	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.188	1.481	-	-	(12.359)	(7.107)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	593	-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia								
Circulante								
Aportes para Aumento do Capital Social (5)	-	-	4.968	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	1.518	-	-	118.506	130.103
Contas a Receber	69.618	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (6)	7.614	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (6)	133.603	60.000	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(14.575)	(13.058)
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	5.575	1.336	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	14.860	11.096	3.424	2.646	104.757	201.822	(29.022)	(29.186)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	651	1.563	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	41	-	5.344	4.618	220	-	(33.712)	(23.119)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.319	1.245	-	-	(8.196)	(8.446)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	Consolidado e Controladora 30/09/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado e Controladora 30/09/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado e Controladora 30/09/2016	Controladora 30/09/2015	Consolidado e Controladora 30/09/2016	Controladora 30/09/2015
Outras partes relacionadas								
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	7.726	593	406	405	46.714	38.220	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	356.720	404.913	-	-	35.585	33.394	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	7.490	6.642	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (7)	-	-	19.115	17.192	-	-	(32.916)	(22.072)
Despesa de Pessoal (8)	-	-	-	-	-	-	(18.609)	(14.719)
Custeio Administrativo (9)	-	-	-	-	-	-	(4.225)	(3.875)
Arrendamento Operacional (10)	-	-	366	332	-	-	(3.260)	(2.942)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (7)	-	-	303.301	293.754	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	21.286	17.913	-	-	(29.430)	(23.125)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	276.178	265.912	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

(1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 204/2013. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

(2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;

(3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;

(4) Realizado em fevereiro de 2015, conforme condição do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Cemig GT e SAESA em 19 de março de 2009. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 135% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela SAESA, em função do suprimento de energia. A compensação foi concluída em 15 de março de 2016;

(5) A Companhia realizou aporte na controlada em conjunto Guanhães Energia S.A., no qual foi liquidado em 01 de julho de 2016. Mais informações estão disponíveis na Nota Explicativa nº 13;

(6) As antecipações de pagamento foram realizadas em conformidade às condições dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica firmados entre a Cemig GT e Renova;

(7) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 20);

(8) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 24) em conformidade ao regulamento do Fundo;

(9) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;

(10) Aluguel do edifício sede;

(11) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 20).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nº 7, 16 e 23.

Antecipação de pagamento de contrato de energia com a Renova

Em junho de 2016, foram antecipados pela Cemig GT à Comercializadora, no âmbito do Contrato, R$ 94.000, tendo sido constituídas garantias com determinados ativos da Renova.

Contas a Receber da Renova

A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante de R$60.000 que será liquidado através de um pagamento inicial de R$6 milhões, a ser paga até 10 de janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018, com atualização pela variação de 150% do CDI.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig GT aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de "Debêntures" no passivo circulante e não circulante, em 30 de setembro de 2016.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/09/2016	31/12/2015
				Cemig Geração e Transmissão 11,29%	Cemig Geração e Transmissão 29,71%
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	623	3.369
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	6.267	14.807
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	1.184	3.212
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	5.645	15.889
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.869	6.461
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	3.586	8.076
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	1.183	2.988
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	-	845
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	1.245	-
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	1.170	-
				23.772	**55.647**

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, no período de janeiro a setembro de 2016 e 2015, são demonstrados na tabela abaixo:

	30/09/2016	30/09/2015
Remuneração	2.640	1.432
Participação nos Resultados (Reversão)	(198)	292
Benefícios Assistenciais	257	130
Total	**2.699**	**1.854**

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativo Financeiro da Concessão, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e Opções de Venda, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos inicialmente ao valor justo e encontram-se atualmente classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de nº 12.783/13 e Ativos Financeiros relacionados ao Leilão 12/2015 das usinas de geração. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação e Opções de Vendas. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de nº 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;

- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 131% da variação do CDI , com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações;

- Passivos mensurados a valor justo - passivos financeiros referentes a opções de venda: foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do fluxo de caixa descontado. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, ambos trazidos a valor presente na data destas Informações Contábeis Intermediárias.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	Consolidado		Controladora			
	30/09/2016		30/09/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:						
Empréstimos e Recebíveis						
Equiv.de Caixa - Bancos	2.458	2.458	2.406	2.406	1.556	1.556
Equiv.de Caixa - Aplicações	335.319	335.319	293.950	293.950	282.147	282.147
Créditos junto à Eletrobrás	82.302	82.302	82.302	82.302	-	-
Fundos Vinculados	885	885	885	885	870	870
Consumidores e Revendedores	757.567	757.567	706.762	706.762	970.079	970.079
Bonificação de Outorga	2.246.296	2.246.296	-	-	-	-
Concessionários – Transp. de Energia	42.290	42.290	42.290	42.290	37.942	37.942
Ativos Financ.da Concessão	2.293.298	2.293.298	2.293.298	2.293.298	1.600.553	1.600.553
	5.760.415	**5.760.415**	**3.421.893**	**3.421.893**	**2.893.147**	**2.893.147**
Mantidos até o Vencimento						
Títulos e Valores Imobiliários	17.540	17.499	15.741	15.653	145.406	145.009
Valor justo por meio do resultado:						
Mantidos para negociação						
Títulos e Valores Mobiliários	233.134	233.134	138.875	138.875	1.771.398	1.771.398
Passivos Financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Opções de venda SAAG	177.102	177.102	177.102	177.102	147.614	147.614
Avaliados ao custo amortizado						
Fornecedores	340.717	340.717	339.216	339.216	331.823	331.823
Concessões a Pagar	21.982	20.938	21.982	20.938	21.389	19.275
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	8.811.389	8.642.772	8.821.917	8.642.772	7.739.072	7.708.514
Dívida Pactuada com Forluz	181.851	181.851	181.851	181.851	183.659	183.659
	9.355.939	**9.186.278**	**9.364.966**	**9.184.777**	**8.275.943**	**8.243.271**

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão não tem exposição relevante em relação ao risco de elevação das taxas de câmbio em relação ao Real.

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2016. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	Controladora	
Exposição da companhia às taxas de juros nacionais	**30/09/2016**	**30/09/2016**	**31/12/2015**
Ativos			
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	335.319	293.950	282.147
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	250.674	154.616	1.916.804
Fundos Vinculados	885	885	870
	586.878	**449.451**	**2.199.821**
Passivos			
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 18)	(7.434.869)	(7.434.869)	(6.410.864)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 18)	(82.660)	(82.660)	(89.989)
	(7.517.529)	**(7.517.529)**	**(6.500.853)**
Passivo Líquido Exposto	**(6.930.651)**	**(7.068.078)**	**(4.301.032)**

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima, que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2017, as taxas SELIC e TJLP serão de 11,75% e 7,00%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge.*

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais Consolidado	30/09/2016	30 de setembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 11,75% TJLP 7,00%	Cenário Possível SELIC 14,69% TJLP 8,75%	Cenário Remoto SELIC 17,63% TJLP 10,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	335.319	374.719	384.577	394.436
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	250.674	280.128	287.498	294.868
Fundos Vinculados	885	989	1.015	1.041
	586.878	**655.836**	**673.090**	**690.345**
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - CDI (nota 18)	(7.434.869)	(8.308.466)	(8.527.051)	(8.745.636)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - TJLP (nota 18)	(82.660)	(88.446)	(89.893)	(91.339)
	(7.517.529)	(8.396.912)	(8.616.944)	(8.836.975)
Passivo Líquido Exposto	**(6.930.651)**	**(7.741.076)**	**(7.943.854)**	**(8.146.630)**
Efeito Líq.da Variação das Taxas de Juros		**(810.425)**	**(1.013.203)**	**(1.215.979)**

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia não está exposta ao risco de elevação da inflação em 30 de setembro de 2016 em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à elevação da inflação	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
Ativos			
Bonificação de outorga - IPCA	2.246.296	-	-
Ativos Financeiros da Concessão – IPCA	1.746.340	1.746.340	1.054.129
	3.992.636	**1.746.340**	**1.054.129**
Passivos			
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(1.284.027)	(1.284.027)	(1.226.592)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	(181.851)	(181.851)	(183.659)
	(1.465.878)	**(1.465.878)**	**(1.410.251)**
Ativo Líquido	**2.526.758**	**280.462**	**(356.122)**

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de inflação, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2017, a taxa IPCA será de 5,01%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25,00% e 50,00% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação Consolidado	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,01%	Cenário Possível IPCA 6,27%	Cenário Remoto IPCA 7,52%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IPCA	1.746.340	1.833.881	1.855.836	1.877.665
(-) Bonificação de Outorga - IPCA	2.246.296	2.358.898	2.387.139	2.415.217
	3.992.636	**4.192.779**	**4.242.975**	**4.292.882**
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 18)	(1.284.027)	(1.348.393)	(1.364.535)	(1.380.586)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	(181.851)	(190.967)	(193.253)	(195.526)
	(1.465.878)	**(1.539.360)**	**(1.557.788)**	**(1.576.112)**
Ativo Líquido	**2.526.758**	**2.653.419**	**2.685.187**	**2.716.770**
Efeito Líquido da Variação da inflação		**126.661**	**158.429**	**190.012**

Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar redução da receita caso ocorra a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica.

Na data base destas Informações Contábeis Intermediárias, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa nº 1.

O fluxo de pagamentos consolidado das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas (quando existentes), incluindo os juros futuros até as datas de vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Fornecedores	331.474	9.243	-	-	-	340.717
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	732.378	2.514.572	2.060.193	4.577.197	488.712	10.373.052
Concessões a pagar	238	705	1.873	9.612	13.666	26.094
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.433	7.389	20.211	135.154	106.680	271.867
	1.066.523	**2.531.909**	**2.082.277**	**4.721.963**	**609.058**	**11.011.730**

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada em 30 de setembro de 2016, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R$5.112.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R$1,0 bilhão e R$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R$400 milhões e R$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva ("*covenant*") de certificação anual, que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, o qual, se não observado, obriga a Cemig GT a providenciar, em até 6 meses contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, a constituição de garantias reais aceitas pelo banco, que representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, ou apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido. Destaca-se, entretanto, que o que poderá ensejar a aceleração do vencimento da dívida é o descumprimento da obrigação de constituir garantias reais.

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas ("Covenants"), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R$50 milhões ("*cross default"*).

A Administração entende que todas as cláusulas foram atendidas na última medição em 30 de junho de 2016.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	Consolidado	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
Total do Passivo	11.606.425	11.606.642	10.664.552
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 5)	(337.777)	(296.356)	(283.703)
Passivo Líquido	**11.268.648**	**11.310.286**	**10.380.849**
Total do Patrimônio Líquido	**5.440.112**	**5.440.112**	**4.683.812**
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	**2,07**	**2,08**	**2,22**

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

-

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Consolidado	Saldo em 30/09/2016	Valor justo em 30 de setembro de 2016		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	17.576	-	17.576	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	164.075		164.075	-
Letras Financeiras do Tesouro	34.809	34.809	-	-
Debêntures	16.674	-	16.674	-
	233.134	**34.809**	**198.325**	**-**
Bonificação de Outorga	2.246.296	-	2.246.296	-
	2.479.430	**34.809**	**2.444.621**	**-**
Passivos				
Opções de venda SAAG (1)	(177.102)	-	-	(177.102)
	(177.102)	**-**	**-**	**(177.102)**
	2.302.328	**34.809**	**2.444.621**	**(177.102)**

Controladora	Saldo em 30/09/2016	Valor justo em 30 de setembro de 2016		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	10.470	-	10.470	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	97.737	-	97.737	-
Letras Financeiras do Tesouro	20.735	20.735	-	-
Debêntures	9.933	-	9.933	-
	138.875	**20.735**	**118.140**	**-**
Passivos				
Opções de venda SAAG (1)	(177.102)	-	-	(177.102)
	(177.102)	**-**	**-**	**(177.102)**
	(38.227)	**20.735**	**118.140**	**(177.102)**

(1) Detalhes sobre características, variações reconhecidas no resultado e análise de sensibilidade estão demonstradas na Nota Explicativa 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Metodologia de cálculo do valor justo

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo da opção da SAAG, utilizando-se das informações mais atualizadas referentes ao plano de negócios da Companhia. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, à taxa de 8% ao ano.

29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2016 e 2015 estão apresentados, de forma consolidada, nas tabelas a seguir:

Consolidado	30 de setembro de 2016		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	**14.452.085**	**2.594.452**	**17.046.537**
INVESTIMENTO	**6.275.420**	**-**	**6.275.420**
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**740.337**	**-**	**740.337**
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	**2.255.561**	**36.405**	**2.291.966**
RECEITA LÍQUIDA	**4.138.949**	**953.846**	**5.092.795**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.291.737)		(2.291.737)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(230.169)	(243)	(230.412)
	(2.521.906)	(243)	(2.522.149)
CUSTO E DESPESAS DE OPERAÇÃO			-
Pessoal	(199.839)	(81.019)	(280.858)
Participação dos Empregados	(3.824)	(2.311)	(6.135)
Obrigação Pós Emprego	(39.975)	(15.575)	(55.550)
Material	(7.364)	(2.115)	(9.479)
Matéria – Prima e Insumos para Prod.de Energia	(35)	-	(35)
Serviços de Terceiros	(76.952)	(21.295)	(98.247)
Depreciação e Amortização	(141.468)	-	(141.468)
Provisões	(56.171)	(6.935)	(63.106)
Custo de Construção	-	(36.405)	(36.405)
Outras	(39.283)	(7.898)	(47.181)
	(564.911)	**(173.553)**	**(738.464)**
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	**(3.086.817)**	**(173.796)**	**(3.260.613)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(155.226)	-	(155.226)
			-
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	**896.906**	**780.050**	**1.676.956**
Receitas Financeiras	123.288	4.100	127.388
Despesas Financeiras	(998.498)	(3.673)	(1.002.171)
Resultado antes do IR e CSLL	**21.696**	**780.477**	**802.173**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.990)	(61.714)	(75.704)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(35.396)	(156.144)	(191.540)
RESULTADO DO EXERCICIO	**(27.690)**	**562.619**	**534.929**

Controladora	30 de setembro 2015		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	**12.052.969**	**1.710.571**	**13.763.540**
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	**5.731.112**	**-**	**5.731.112**
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**480.743**	**-**	**480.743**
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	**88.732**	**88.732**
RECEITA LÍQUIDA	**5.303.457**	**348.781**	**5.652.238**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.980.291)	-	(1.980.291)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(217.581)	(214)	(217.795)
	(2.197.872)	**(214)**	**(2.198.086)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(156.859)	(81.195)	(238.054)
Participação dos Empregados no Resultado	(34.320)	(18.107)	(52.427)
Obrigações Pós Emprego	(25.647)	(12.269)	(37.916)
Materiais	(8.966)	(4.046)	(13.012)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(81.503)	-	(81.503)
Serviços de Terceiros	(73.082)	(23.307)	(96.389)
Depreciação e Amortização	(202.114)	-	(202.114)
Provisões (Reversões)	(55.069)	(1.004)	(56.073)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(88.732)	(88.732)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	(41.688)	(12.314)	(54.002)
	(679.248)	**(240.974)**	**(920.222)**
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	**(2.877.120)**	**(241.188)**	**(3.118.308)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(9.763)	-	(9.763)
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	729.442	-	729.442
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	**3.146.016**	**107.593**	**3.253.609**
Receitas Financeiras	87.307	19.055	106.362
Despesas Financeiras	(718.653)	(6.207)	(724.860)
Resultado antes do IR e CSLL	**2.514.670**	**120.441**	**2.635.111**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(734.392)	(49.276)	(783.668)
RESULTADO DO EXERCICIO	**1.780.278**	**71.165**	**1.851.443**

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os trimestres findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	30/09/2016	30/09/2015
Ativos aportados na Aliança Geração de Energia S.A.	-	581.114
Aporte de Capital na Amazônia Energia	-	36.393
Aporte de Capital na Aliança Norte	-	22.738
Aporte de Ativos na Constituição das SPEs	1.479.304	-
Receita de construção	36.405	88.732
	1.515.709	**728.977**

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Principais captações e amortizações de dívidas:

Segue tabela com as principais captações e amortizações de dívidas:

	Companhia	Data	Valores em milhões de Reais (R$)	Vencimento	Taxa contratada
Emissão de Cédula de Crédito Bancário (Banco do Brasil)	Cemig GT	24/10/2016	600	4 parcelas semestrais com vencimento final em outubro 2018	132,90% CDI
Pagamento de empréstimos (Banco do Brasil)	Cemig GT	24/10/2016	(716)	-	-
Pagamento de debentures (4ª Emissão)	Cemig GT	23/12/2016	(575)	-	-
Pagamento de notas promissórias (6ª emissão)	Cemig GT	29/12/2016	(1.685)	-	-
7ª Emissão de debentures	Cemig GT	29/12/2016	2.240	Vencimento em 5 anos	140% CDI
Pagamento de Debentures (3ª emissão)	Cemig GT	15/02/2017	(629)	-	-

Concessão da UHE Miranda

Em 26 de outubro de 2016, o Ministério de Minas e Energia indeferiu o requerimento administrativo formulado pela Cemig GT de prorrogação do prazo de concessão da UHE Miranda observando-se as bases originais do contrato de concessão, anteriores à Lei nº 12.783/2013. O término da concessão da UHE Miranda ocorrerá em dezembro de 2016.

Considerando que esse pedido não foi aceito pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a Cemig GT entrou com um pedido de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A liminar foi concedida em 22 de dezembro de 2016, mantendo o controle da UHE Miranda com a empresa, nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia.

Em 29 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança nº 23.042/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de Miranda, nos termos se seu Contrato de Concessão 007/97.

Homologação da Receita Anual de Geração (RAG) da UHE Volta Grande

Em 21 de março de 2017, através da Resolução nº 2.208, a Aneel homologou a RAG da UHE Volta Grande em regime de cotas, em prestação temporária de serviço de geração de energia elétrica pela Cemig GT até a assunção do concessionário vencedor da licitação da usina.

Requerimentos de Instauração de Processos Administrativos no Ministério de Minas e Energia – Concessões das UHE's de Volta Grande, Jaguara, São Simão e Miranda

A Cemig GT reiterou, em fevereiro de 2017, junto ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), seu pedido de prorrogação, por 20 (vinte) anos, nos termos da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão 007/97, dos prazos de concessão das UHE's de Jaguara, São Simão e Miranda, e, subsidiariamente, requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

Esse dispositivo legal, incluído pela Lei nº 13.360, de 17/11/2016, faculta à União outorgar contrato de concessão de geração de energia elétrica pelo prazo de 30 (trinta) anos associado à transferência do controle da pessoa jurídica prestadora deste serviço (no caso, uma das subsidiárias da Cemig GT), sob controle direto ou indireto de Estado, do Distrito Federal ou de Município, desde que: I - a licitação, na modalidade leilão ou concorrência, seja realizada pelo controlador até 28 de fevereiro de 2018; II - a transferência de controle seja realizada até 30 de junho de 2018.

O pedido subsidiário se fundamentou, em síntese, no espírito conciliador e de cooperação que deve reger a relação entre concessionário e poder concedente e a busca constante de alternativas que apresentem, sempre, a melhor solução para os consumidores, para o país e para os acionistas da Companhia, dentre eles, o povo mineiro. Assim, caso o Ministério entenda por manter seu posicionamento e mantidas todas as decisões que determinaram a prevalência da Lei nº 12.783/2013 em detrimento do disposto na Segunda Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato CEMIG n° 007/1997, a Cemig GT solicitou, em benefício de uma das subsidiárias, a aplicação da regra constante do disposto no §1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013.

Salientou-se, por oportuno, que a simples apresentação do Requerimento Subsidiário não importa, por certo, renúncia da Cemig GT ao direito da Companhia discutido nas ações judiciais que move em face da União, ou seja, ao direito à garantia da prorrogação das concessões previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Concessão 007/1997.

Nesta mesma data, a Companhia protocolizou junto ao MME resposta sobre questionamento acerca do interesse em permanecer como prestadora do serviço de geração de energia após o termo final da concessão da UHE Volta Grande, que ocorreu em 23 de fevereiro de 2017. Nesta resposta e em requerimento próprio, a Companhia manifestou seu interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica desta UHE, bem como requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, também em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

Decisão Liminar no Mandado de Segurança da Usina de São Simão

O Superior Tribunal de Justiça ("STJ") concedeu a liminar para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da Usina Hidrelétrica de São Simão ("UHE São Simão"), em Minas Gerais, nas bases iniciais do Contrato de Concessão n.º 007/97, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança nº 21.465, no STJ, impetrado pela Companhia.

Conforme movimentação processual no sítio do STJ (06/03/2017, às 20h14) e certidão STJ nº 1783814 (gerada em 07/03/2017, às 06h47), foi "concedida a medida liminar de CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A até a conclusão do julgamento do presente mandado de segurança, para permitir que a ora impetrante permaneça na titularidade da concessão da Usina de São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão n° 007/97".

Em 28 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança nº 21.465/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de São Simão, nos termos se seu Contrato de Concessão 007/97.

Revogação da liminar na Ação Cautelar 3980/STF - Usina Jaguara

O Supremo Tribunal Federal ("STF") denegou a ordem para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da Usina de Jaguara ("UHE Jaguara") sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97.

Conforme movimentação processual no sítio do STF (21/03/2017), foi "revogada a liminar anteriormente concedida, determinando o seguimento da demanda, com envio dos autos à d. PGR, para manifestação de estilo nos autos do RMS nº 34.203".

Alienação de Parques Eólicos pela Renova

Em 13 de janeiro de 2017, a Renova acordou com a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) oferta vinculante (“Oferta AES”) para alienação do conjunto de parques eólicos que constituem o complexo Alto Sertão II (“Alto Sertão II”).
Dentre os termos descritos na Oferta AES, o preço base da transação é de R$ 600 milhões e envolve a compra das ações da Renova Eólica Participações S.A. ou da Nova Energia Holding S.A., empresas que controlam as 15 sociedades de propósito específico (“SPEs”) que compõem o Alto Sertão II, além da concessão, à AES, do direito de exclusividade durante um período de 45 (quarenta e cinco) dias (“Transação”).

O valor total da operação poderá alcançar a importância de até R$700 milhões a título de earn-out, sendo que metade deste valor adicional, ou seja, R$50 milhões ficarão retidos em conta vinculada (*escrow account*) e seu pagamento está condicionado ao desempenho do Complexo Alto Sertão II, apurado após período de cinco anos contados da data do fechamento da operação.

O valor total de aquisição de R$ 650 milhões anunciado em janeiro de 2017 fazia referência ao valor de R$ 600 milhões a ser pago pela aquisição, somado ao valor retido em conta vinculada de R$ 50 milhões mencionado no parágrafo anterior.

Em 18 de abril de 2017 ocorreu a assinatura do contrato de compra e venda de ações (“CCVA”). O fechamento da Transação está sujeito a certas condições precedentes previstas no CCA, incluindo, entre outras, a aprovação por órgãos governamentais e credores.

A administração da Renova ressalta que a Transação está integralmente alinhada com a estratégia de readequação da estrutura de capital, que visa garantir a sustentabilidade dos negócios da Companhia no longo prazo e manterá o mercado informado sobre quaisquer eventos ou desdobramentos relacionados à transação.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 terá o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 29 de setembro de 2017 e prevê o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que fizerem a adesão em abril de 2017, cujo desligamento ocorrerá em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para o empregado que fizer a adesão em agosto de 2017, cujo desligamento ocorrerá em setembro de 2017, terá direito a um prêmio correspondente a uma remuneração. Não existirá prêmio para os empregados que se desligarem a partir de 1º de setembro de 2017. Também ocorrerá o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação.

Considerando o período de adesão dos empregados, não é possivel estimar os efeitos nas demonstrações financeiras da Cemig em 2017.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 10 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração da Cemig deliberou autorizar o aporte de capital, na Cemig GT, no montante de R$100.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será capitalizado, por meio de deliberação específica em Assembleia Geral Extraordinária.

Investimento na Madeira Energia – resultado do processo de arbitragem

Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº13, a Cemig e a SAAG instauraram processo de arbitragem tendo a MESA como parte, sendo que em novembro de 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direto da Cemig e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. SAAG e CEMIG estão em vias de adotar medidas para implementar a decisão mencionada.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silicio Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões.

A Companhia não espera perdas na realização dos créditos a receber referente a indenização de transmissão, com maiores detalhes sobre os saldos a receber e critérios de atualização na Nota Explicativa nº 12.

****

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Paraíba, 1122 - 21º andar
30130-145 - Belo Horizonte - MG
Brasil

Tel: +55 (31) 3269-7400
Fax: +55 (31) 3269-7470
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes.
A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos, e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2016 Deloitte Touche Tohmatsu.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara, São Simão e Miranda

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 4 e 31 às informações contábeis intermediárias, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa n° 13 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Conforme mencionado na nota explicativa n° 13 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Reapresentação das informações contábeis intermediárias

Em 11 de novembro de 2016, emitimos relatório de revisão sem ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme mencionado na nota explicativa n° 2 às informações contábeis intermediárias, essas informações contábeis intermediárias foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir (1) alteração da apresentação do fluxo de caixa para adequada apresentação do caixa pago na aquisição da Bonificação pela Outorga na atividade operacional no fluxo de caixa, conforme previsto no IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e (2) eventos subsequentes ocorridos entre a data base dessas informações contábeis intermediárias e a data de aprovação para reapresentação dessas informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a este assunto.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

© 2016 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 13 e 31 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. cujas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes.
A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos, e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2016 Deloitte Touche Tohmatsu.

DESEMPENHO ECONÔMICO–FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

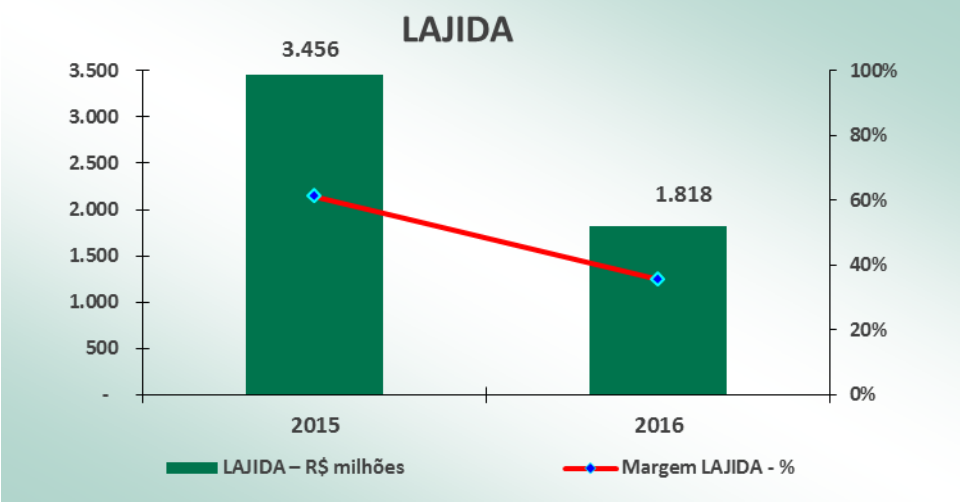
Resultado do Período

A Companhia apresentou, no período de janeiro a setembro de 2016, lucro líquido de R$534.929, em comparação ao lucro de R$1.851.443 no mesmo período de 2015. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA consolidado da Companhia apresentou redução no período de janeiro a setembro de 2016 em comparação com o mesmo período de 2015, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA R$mil	30/09/2016	30/09/2015	Var%
Resultado do Período	534.929	1.851.443	(71,11)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	267.244	783.668	(65,90)
+ Resultado Financeiro Líquido	874.783	618.498	41,44
+ Amortização e Depreciação	141.468	202.114	(30,01)
= LAJIDA	**1.818.424**	**3.455.723**	**(47,38)**



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O LAJIDA, no período de janeiro a setembro de 2016, apresentou uma redução de 47,38% em comparação ao mesmo período de 2015 em função principalmente da do ganho extraordinário em 2015 referente a reorganização societária. Mais detalhes sobre os eventos que impactaram o resultado estão descritos na sequência destas Informações Contábeis Intermediárias. A margem do LAJIDA apresentou uma redução passando de 61,14% no período de janeiro a setembro de 2015 para 35,67% no mesmo período de 2016.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	30/09/2016			30/09/2015		
	MWh (*)	R$	Preço Médio MWh Faturado (R$/MWh)	MWh (*)	R$	Preço Médio MWh Faturado (R$/MWh)
Industrial	11.452.195	2.561.774	223,69	13.897.908	2.701.841	194,41
Comercial	584.994	151.996	259,82	273.694	66.053	241,34
Subtotal	**12.037.189**	**2.713.770**	**225,45**	**14.171.602**	**2.767.894**	**195,31**
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	68.600	-		5.725	-
	12.037.189	**2.782.370**	**-**	**14.171.602**	**2.773.619**	
Suprim. Outras Concessionárias	8.791.221	1.847.412	210,14	9.212.075	1.935.272	210,08
Suprim. não Faturado Líquido	-	126.276	-	-	(161.677)	-
	20.828.410	**4.756.058**	**-**	**23.383.677**	**4.547.214**	**-**

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$4.756.058 no período de janeiro a setembro de 2016 em comparação a R$4.547.214 no mesmo período de 2015, representando crescimento de 4,59%. Ressalta-se a redução de 17,60% na quantidade de energia fornecida para consumidores industriais em função da contínua retração da atividade econômica em âmbito nacional. Esta redução foi compensada pelo aumento de 15,06% no preço médio praticado para esses mesmos consumidores.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R$299.198 no período de janeiro a setembro de 2016 comparado a R$242.086 no mesmo período de 2015, representando crescimento de 23,59%. Conforme mencionado, essa variação decorre basicamente do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2016, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados.

Os percentuais de reajuste foram de 9,32% (IPCA) para a Cemig GT e 11,09% (IGPM) para a Cemig Itajubá.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R$137.075 no período de janeiro a setembro de 2016 comparados a R$1.820.222 no mesmo período de 2015, redução de 92,47%. Esta variação decorre, principalmente, dos eventos descritos abaixo:

- Redução de 78,21% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R$70,85/MWh em 2016 e R$325,12/MWh em 2015);
- Redução da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2016 em função, principalmente, da alocação da energia gerada pela Usina de São Simão para atendimento ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) a partir de 16 de setembro de 2015, de acordo com o regime de quotas, considerando os requerimentos da Portaria 432/2015. A Companhia passou a reconhecer apenas as receitas referentes à prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina. Dessa forma, a quantidade de energia disponível pela Companhia foi utilizada basicamente no atendimento aos seus contratos com consumidores finais e outras concessionárias.

Receita de Indenização de Transmissão

No período de janeiro a setembro de 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R$692.211, conforme eventos descritos a seguir:

- R$20.381 referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, que foi de R$1.157.106 em 23 de fevereiro de 2015, do Laudo enviado pela Companhia, e a revisão final;
- R$90.442 referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R$437.911 referente ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..
- R$43.735 referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber;
- R$99.742 referente à atualização pelo IPCA e pelo custo de capital próprio, no período de julho a setembro de 2016, do saldo de indenização a receber.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R$1.061.741 no período de janeiro a setembro de 2016 comparados a R$1.120.366 no mesmo período de 2015, apresentando uma redução de 5,23%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Reserva Global de Reversão - RGR

A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos em exercícios anteriores referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. A Aneel, em 2016, julgou procedente o recurso da Companhia, tendo sido reconhecido no resultado deste ano uma recuperação de despesa no valor de R$50.388.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R$3.260.613 no período de janeiro a setembro de 2016 em comparação com R$3.118.308 no mesmo período de 2015, representando aumento de 4,56%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R$2.291.737 no período de janeiro a setembro de 2016 comparados a R$1.980.291 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 15,73%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 24,61% no volume de energia comprada em 2016 (14.534.949 MWh) comparado com 2015 (11.664.788 MWh), parcialmente compensado pela redução no preço médio/MWh em 2016 (R$157,67) comparado com 2015 (R$169,57).

Matéria-Prima

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R$35 no período de janeiro a setembro de 2016 comparados a R$81.503 no mesmo período de 2015. Este resultado é decorrente do desligamento da UTE Igarapé, a partir de agosto de 2015, em atendimento à determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS). Dessa forma, a Companhia cessou a compra de óleo combustível necessário à operação da usina.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R$280.858 no período de janeiro a setembro de 2016 comparada a R$238.054 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 17,98%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia (efeito integral em 2016);

- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, em 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de empregados no montante de R$23.325.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R$6.135 no período de janeiro a setembro de 2016 comparado ao valor de R$52.427 no mesmo período de 2015. Esta variação decorre da redução do lucro da Companhia, base de cálculo para o pagamento da participação.

Depreciação e Amortização

A despesa de depreciação e amortização apresentou redução de 40,00%, sendo R$141.468 no período de janeiro a setembro de 2016 em comparação a R$202.114 no mesmo período de 2015. Essa redução decorre basicamente do vencimento da concessão de 14 usinas da Cemig GT, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 12.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 58,97%, sendo R$36.405 no período de janeiro a setembro de 2016 em comparação a R$88.732 no mesmo período de 2015. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Vide Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

Demais itens de custos e despesas operacionais

Os demais itens de custos e despesas operacionais somaram, em conjunto, o valor de R$503.975 no período de janeiro a setembro de 2016 comparado ao valor de R$475.187 no mesmo período de 2015, representando decréscimo de 6,06%.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, no período de janeiro a setembro de 2015, receita de R$729.442 envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial em investidas representou despesa de R$155.226 no período de janeiro a setembro de 2016 na comparação a uma despesa de R$9.763 no mesmo período de 2015. Essa variação decorre, principalmente, dos efeitos das participações na Madeira Energia, Renova e Guanhães Energia. Mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R$874.783 no período de janeiro a setembro de 2016 comparada a uma despesa financeira líquida de R$618.498 no mesmo período de 2015, um crescimento de 41,44%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Renda de aplicação financeira: R$58.851 de janeiro a setembro de 2016 em comparação a receita de R$76.991 no mesmo período de 2015, uma redução de 23,56%. Esse resultado é decorrente da menor disponibilidade de caixa para aplicações financeiras em 2016;
- Rendas de Antecipação de Pagamento no valor de R$22.790 no período de janeiro a setembro de 2016 em comparação a R$8.149 no mesmo período de 2015 em função da maior antecipação de pagamento a fornecedores em 2016, com a obtenção de maior resultado financeiro;
- Aumento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R$863.016 no período de janeiro a setembro de 2016 comparados a R$573.543 no mesmo período de 2015, um crescimento de 50,47% decorrente, principalmente, do maior volume de recursos indexados ao CDI aliado à maior variação do indexador (10,42% em 2016 e 9,55% em 2015);
- Variação monetária – Obrigações com a CCEE: Com a suspensão dos efeitos da liminar que tinha por objetivo evitar a exposição em decorrência do ajuste do MRE, provocada pelo GSF menor que 1, em dezembro de 2015 houve a devolução da receita adicional recebida no período de maio a novembro de 2015. No período de janeiro a abril de 2016 a CCEE contabilizou a variação monetária correspondente ao período em que os recursos ficaram à disposição da Companhia o que levou ao reconhecimento de despesa financeira líquida no valor de R$13.844 no período de janeiro a setembro de 2016.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no período de janeiro a setembro de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$267.244 em relação ao resultado de R$802.173 antes dos efeitos fiscais.

No mesmo período de 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$783.668 em relação ao resultado de R$2.635.111 antes dos efeitos fiscais.

As taxas efetivas dos impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Informações Contábeis Intermediárias.

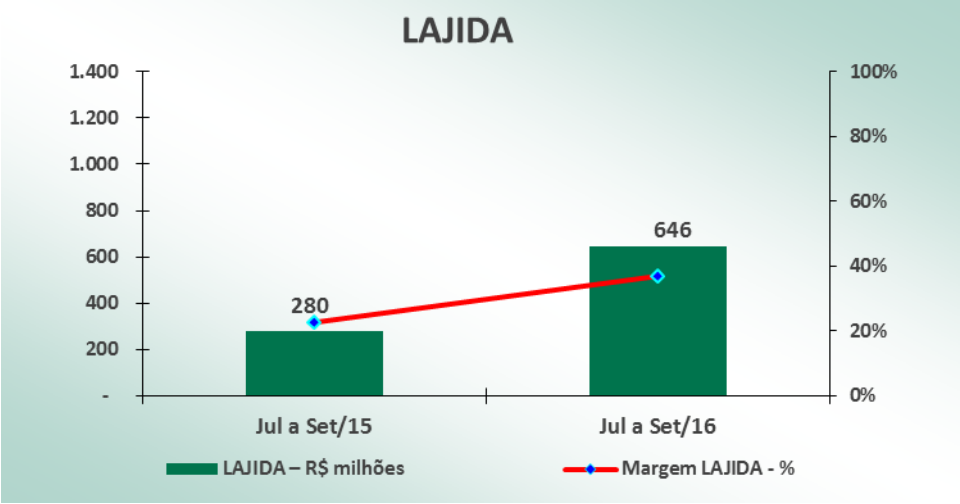
Resultado do Trimestre

A Companhia apresentou, no terceiro trimestre de 2016, lucro de R$224.286, em comparação ao lucro de R$66.255 no mesmo período de 2015. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou redução no terceiro trimestre de 2016 em comparação como mesmo período de 2015, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA	Jul a Set/16	Jul a Set/15	Var %
Resultado do Período	224.286	66.255	238,52
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	68.407	(45.989)	-
+ Resultado Financeiro Líquido	305.698	201.413	51,78
+ Amortização e Depreciação	47.385	58.028	(18,34)
= LAJIDA	**645.776**	**279.707**	**130,88**



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O LAJIDA no terceiro trimestre de 2016 apresentou um crescimento de 130,88% em comparação ao mesmo período de 2015. Mais detalhes sobre os eventos que impactaram o resultado estão descritos na sequência destas Informações Contábeis Intermediárias. A margem do LAJIDA passou de 22,72% no terceiro trimestre de 2015 para 36,99% no terceiro trimestre de 2016.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Consolidado			Controladora		
	Jul a Set/16			Jul a Set/15		
	MWh (*)	R$	Preço Médio MWh Faturado (R$/MWh)	MWh (*)	R$	Preço Médio MWh Faturado (R$/MWh)
Industrial	4.039.479	907.999	224,78	4.557.126	913.377	200,43
Comercial	212.847	54.570	256,38	88.010	21.462	243,86
Subtotal	**4.252.326**	**962.569**	**226,36**	**4.645.136**	**934.839**	**201,25**
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	500	-	-	8.200	-
	4.252.326	**963.069**	**-**	**4.645.136**	**943.039**	**-**
Suprim. Outras Concessionárias (**)	2.927.208	631.775	215,83	2.091.200	427.143	204,26
Suprim. não Faturado Líquido	-	126.482	-	-	(69.877)	-
	7.179.534	**1.721.326**	**-**	**6.736.336**	**1.300.305**	**-**

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$1.721.326 no terceiro trimestre de 2016 em comparação a R$1.300.305 no mesmo período de 2015, representando crescimento de 32,38% decorrente, principalmente, do aumento de 39,98% na quantidade de energia comercializada para outras concessionárias.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R$107.098 no terceiro trimestre de 2016 comparado a R$80.482 no mesmo período de 2015. Conforme mencionado, essa variação decorre basicamente do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2016, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados.

Os percentuais de reajuste foram de 9,32% (IPCA) para a Cemig GT e 11,09% (IGPM) para a Cemig Itajubá.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R$85.222 no terceiro trimestre de 2016 comparados a R$120.663 no mesmo período de 2015, redução de 29,37%. Esta variação decorre, principalmente, da redução de 43,57% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R$115,01/MWh no terceiro trimestre de 2016 e R$203,82/MWh no mesmo período de 2015).

Receita de Indenização de Transmissão

A receita de indenização de transmissão foi de R$99.742 no terceiro trimestre de 2016 comparado a R$5.677 no mesmo período de 2015**.**

Os valores registrados em 2016 foram impactados pelos efeitos da Portaria MME nº 120 que prevê que o valor devido da indenização deve ser composto por parcelas de Remuneração e Depreciação (QRR), atualizados pelo IPCA e remuneração de acordo com o custo do capital próprio de 10,44% a.a.. Até maio de 2016 a correção era feita exclusivamente com base na variação do IGPM.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R$343.289 no terceiro trimestre de 2016 a R$313.418 no mesmo período de 2015, apresentando uma redução de 9,53%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Reserva Global de Reversão - RGR

A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos em exercícios anteriores referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na epoca para cálculo do encargo. A Aneel, em 2016, julgou procedente o recurso da Companhia, tendo sido reconhecido no resultado deste ano uma recuperação de despesa no valor de R$50.388

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R$1.123.735 no terceiro trimestre de 2016 em comparação a R$1.097.613 no mesmo período de 2015, representando crescimento de 2,38%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R$823.584 no terceiro trimestre de 2016 comparados a R$747.502 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 10,18%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 27,99% no volume de energia comprada em 2016 (5.103.045 MWh) comparado com 2015 (3.986.963 MWh), parcialmente compensado pela redução de 13,92% no preço médio do MWh (R$161,39 em 2016 e R$187,49 em 2015).

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R$5.509 no terceiro trimestre de 2016 comparado ao valor de R$14.610 no mesmo período de 2015. Esta variação decorre da redução do lucro da Companhia, base de cálculo para o pagamento da Participação.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 85,31%, sendo R$4.771 no terceiro trimestre de 2016 em comparação a R$32.474 no mesmo período de 2015. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Vide Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

Matéria-Prima

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R$8 no terceiro trimestre de 2016 comparados a R$6.532 no mesmo período de 2015. Este resultado é decorrente do desligamento da UTE Igarapé, a partir de agosto de 2015, em atendimento à determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS). Dessa forma, a Companhia cessou a compra de óleo combustível necessário à operação da usina.

Depreciação e Amortização

A despesa de depreciação e amortização apresentou redução de 18,34%, sendo R$47.385 no terceito trimestre de 2016 em comparação a R$58.028 no mesmo período de 2015. Essa redução decorre basicamente do vencimento em julho de 2015 da concessão de 14 usinas da Cemig GT, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 12.

Demais itens de custos e despesas operacionais

Os demais itens de custos e despesas operacionais somaram, em conjunto, o valor de R$242.478 no terceiro trimestre de 2016 comparado ao valor de R$238.467 no mesmo período de 2015, representando decréscimo de 1,68%.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial em investidas representou despesa de R$23.851 no período de julho a setembro de 2016 na comparação a uma receita de de R$93.510 no mesmo período de 2015. Essa variação decorre, principalmente, dos efeitos das participações na Madeira Energia, Renova e Guanhães Energia. Mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R$305.698 no terceiro trimestre de 2016 comparada a uma despesa financeira líquida de R$201.413 no mesmo período de 2015, um crescimento de 51,78%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Renda de aplicação financeira: R$15.933 no terceiro trimestre de 2016 comparados a R$33.242 no mesmo período de 2015, uma redução de 52,07%. Esse resultado é decorrente da menor disponibilidade de caixa para aplicações financeiras em 2016;
- Rendas de Antecipação de Pagamento no valor de R$13.433 no terceiro trimestre de 2016 em comparação a R$8.149 no mesmo período de 2015 em função da maior antecipação de pagamento a fornecedores em 2016, com a obtenção de maior resultado financeiro;
  Aumento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R$321.197 no terceiro trimestre de 2016 comparados a R$201.549 no mesmo período de 2015, um crescimento de 59,36% decorrente, principalmente, do maior volume de recursos captados com indexação ao CDI.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no terceiro trimestre de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$68.407 em relação ao resultado de R$292.693 milhões antes dos efeitos fiscais.

No terceiro trimestre de 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$45.989 em relação ao resultado de R$20.266 antes dos efeitos fiscais.

As taxas efetivas dos impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Informações Contábeis Intermediárias.

****

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES
(Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016

DESCRIÇÃO	CEMIG GT	GER. TRÊS MARIAS	GER. SALTO GRANDE	GER. ITUTINGA	GER. CAMARGOS	GER. SUL	GER. LESTE	OUTRAS CONTROLADAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL CONTROLADAS	MADEIRA	RENOVA	ALIANÇA GERAÇÃO	AMAZÔNIA	OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
ATIVO	**17.046.754**	**1.380.302**	**432.771**	**164.985**	**123.640**	**162.709**	**112.259**	**68.457**	**(2.445.340)**	**17.046.537**	**2.501.622**	**2.054.006**	**1.238.647**	**730.227**	**1.503.662**	**(4.344.455)**	**20.730.246**
Caixa e Equivalentes de Caixa	296.356	21.134	6.568	3.274	2.459	3.393	2.686	1.907	-	337.777	28.544	15.035	153.441	94	95.430	-	630.321
Contas a Receber	749.052	25.334	8.005	3.968	2.935	4.498	3.751	2.314	-	799.857	33.055	23.560	56.076	-	30.339	(593)	942.294
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financ.	154.616	55.081	16.949	8.304	6.150	8.688	6.753	4.661	(10.528)	250.674	-	9	-	-	75.604	(9.899)	316.388
Tributos	182.164	-	-	-	-	-	-	-	-	182.164	63.136	5.367	7.275	9	3.358	-	261.309
Outros Ativos	974.215	1	-	1	-	-	-	13	(5.121)	969.109	144.345	33.999	151.936	24.383	453.076	(82.151)	1.694.697
Invest./Imob./Intang./Ativo Fin. de Concessão	14.690.351	1.278.752	401.249	149.438	112.096	146.130	99.069	59.562	(2.429.691)	14.506.956	2.232.542	1.976.036	869.919	705.741	845.855	(4.251.812)	16.885.237
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**17.046.754**	**1.380.302**	**432.771**	**164.985**	**123.640**	**162.709**	**112.259**	**68.457**	**(2.445.340)**	**17.046.537**	**2.501.622**	**2.054.006**	**1.238.647**	**730.227**	**1.503.662**	**(4.344.455)**	**20.730.246**
Fornecedores e suprimentos	339.216	1.154	948	742	445	1.292	1.193	833	(5.106)	340.717	72.779	170.144	9.918	61	12.427	(2.040)	604.006
Empréstimo, Financ. e Debêntures	8.821.918	-	-	-	-	-	-	-	(10.528)	8.811.390	1.501.351	946.290	138.348	-	358.026	(9.899)	11.745.506
Juros sobre capital próprio e Dividendos	350.000	-	-	-	-	-	-	-	-	350.000	-	-	-	-	2.539	(2.539)	350.000
Obrigações Pós-Emprego	757.052	-	-	-	-	-	-	-	-	757.052	-	-	-	-	-	-	757.052
Tributos	936.551	4.856	1.109	678	517	725	556	372	-	945.364	39.888	45.703	40.569	5	12.888	-	1.084.417
Outros Passivos	401.905	6	2	1	1	1	1	-	(15)	401.902	152.313	76.676	139.398	-	51.614	(72.750)	749,153
Patrimônio Líquido	5.440.112	1.374.286	430.712	163.564	122.677	160.691	110.509	67.252	(2.429.691)	5.440.112	735.291	815.193	910.414	730.161	1.066.168	(4.257.227)	5.440.112
RESULTADO																	
Receita Operacional Líquida	**4.925.144**	**86.081**	**27.543**	**13.656**	**10.068**	**15.288**	**12.047**	**8.074**	**(5.106)**	**5.092.795**	**198.134**	**127.062**	**266.611**	**-**	**118.722**	**(114.178)**	**5.689.146**
Custos e Despesas Operacionais	**(3.255.570)**	**(1.322)**	**(1.504)**	**(1.105)**	**(673)**	**(2.403)**	**(1.837)**	**(1.305)**	**5.106**	**(3.260.613)**	**(126.909)**	**(150.112)**	**(117.997)**	**(619)**	**(59.144)**	**(6.442)**	**(3.721.836)**
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.291.737)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.291.737)	(17.846)	(72.327)	(19.888)	-	(7.229)	109.486	(2.299.541)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(227.533)	-	(611)	(249)	(220)	(649)	(630)	(520)	-	(230.412)	(51.743)	(4.127)	(13.740)	-	(6.064)	551	(305.535)
Custo de construção	(36.405)	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.405)	-	-	-	-	-	-	(36.405)
Pessoal	(280.858)	-	-	-	-	-	-	-	-	(280.858)	(5.981)	(8.749)	(10.140)	-	(4.218)	-	(309.946)
Participação dos Empregados no Resultado	(6.135)	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.135)	(847)	-	(2.141)	-	(1)	-	(9.124)
Obrigações Pós-Emprego	(55.550)	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.550)	-	-	-	-	-	-	(55.550)
Materiais	(9.276)	(34)	(21)	(41)	(19)	(48)	(48)	(27)	-	(9.514)	(1.194)	(1.305)	(673)	-	(579)	-	(13.265)
Serviços de Terceiros	(96.443)	(1.238)	(854)	(806)	(427)	(1.692)	(1.151)	(742)	5.106	(98.247)	(8.289)	(15.619)	(24.867)	(507)	(10.088)	4.141	(153.476)
Depreciação e Amortização	(141.468)	-	-	-	-	-	-	-	-	(141.468)	(50.032)	(21.589)	(44.418)	(1)	(26.044)	(132.868)	(416.420)
Provisões Operacionais	(63.106)	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.106)	10.670	-	642	-	(191)	-	(51.985)
Outras Despesas Líquidas	(47.059)	(50)	(18)	(9)	(7)	(14)	(8)	(16)	-	(47.181)	(1.647)	(26.396)	(2.772)	(111)	(4.730)	12.248	(70.589)
Resultado Op. antes de Equiv. Patrim. e Financ.	**1.669.574**	**84.759**	**26.039**	**12.551**	**9.395**	**12.885**	**10.210**	**6.769**	**-**	**1.832.182**	**71.225**	**(23.050)**	**148.614**	**(619)**	**59.578**	**(120.620)**	**1.967.310**
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.601	-	-	-	-	-	-	-	(158.827)	(155.226)	-	(57.080)	(1.364)	(104)	(13.735)	203.378	(24.131)
Resultado com Reorganização Societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Financeira	124.567	1.443	455	223	167	230	173	130	-	127.388	12.684	(45.070)	14.366	11	14.378	-	123.757
Despesa Financeira	(1.002.164)	(3)	(1)	(1)	-	(1)	-	(1)	-	(1.002.171)	(109.631)	(86.190)	(15.780)	(2)	(24.360)	-	(1.238.134)
Resultado antes do IR e CSLL	**795.578**	**86.199**	**26.493**	**12.773**	**9.562**	**13.114**	**10.383**	**6.898**	**(158.827)**	**802.173**	**(25.722)**	**(211.390)**	**145.836**	**(714)**	**35.861**	**82.758**	**828.802**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(260.649)	(3.336)	(1.049)	(519)	(382)	(570)	(441)	(298)	-	(267.244)	(3.097)	23.392	(41.149)	(2)	(5.773)	-	(293.873)
Resultado do Período	**534.929**	**82.863**	**25.444**	**12.254**	**9.180**	**12.544**	**9.942**	**6.600**	**(158.827)**	**534.929**	**(28.819)**	**(187.998)**	**104.687**	**(716)**	**30.088**	**82.758**	**534.929**

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

Diretor-Presidente

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Vice-Presidente
(cumulativamente)

Adézio de Almeida Lima

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Luís Fernando Paroli Santos
Diretor de Distribuição e Comercialização

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Geração e Transmissão

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretor de Relações e Recursos Humanos

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Luís Fernando Paroli Santos
Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Dimas Costa
Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Raul Lycurgo Leite
Diretor Jurídico

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-85.260